



**INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE
CAMPUS BLUMENAU
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E
TECNOLÓGICA**

ALESSANDRA NITSCHKE

**EGRESSOS E NDB EM DIÁLOGO: O ACOMPANHAMENTO DE EGRESSOS
COMO SUBSÍDIO EM PROCESSOS DE REFORMULAÇÃO DE CURSOS DE
ENSINO MÉDIO INTEGRADO DO INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE -
CAMPUS CONCÓRDIA**

Blumenau - SC
JUNHO - 2021

ALESSANDRA NITSCHKE

**EGRESSOS E NDB EM DIÁLOGO: O ACOMPANHAMENTO DE EGRESSOS
COMO SUBSÍDIO EM PROCESSOS DE REFORMULAÇÃO DE CURSOS DE
ENSINO MÉDIO INTEGRADO DO INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE -
CAMPUS CONCÓRDIA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo campus Blumenau do Instituto Federal Catarinense, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestra em Educação Profissional e Tecnológica.

Orientador: Reginaldo Leandro Plácido

Blumenau - SC

Junho - 2021

N732e

Nitschke, Alessandra.

Egressos e NDB em diálogo: o acompanhamento de egressos como subsídio em processos de reformulação de cursos de ensino médio integrado do Instituto Federal Catarinense – *Campus* Concórdia / Alessandra Nitschke. - Blumenau, 2021.

85 p.: il., color.

Artigo (Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica - ProfEPT) – Instituto Federal Catarinense, Blumenau, 2021.

Orientador: Prof. Dr. Reginaldo Leandro Plácido

1. Educação Profissional e Tecnológica. 2. Ensino Médio Integrado. 3. Egressos. 4. Núcleo Docente Básico. I. Plácido, Reginaldo Leandro. II. Instituto Federal Catarinense. III. Título.

CDD 375

Ficha catalográfica elaborada pela bibliotecária: Shyrlei K. Jagielski Benkendorf – CRB 14/662



INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE
Autarquia criada pela Lei nº 11.892 de 29 de Dezembro de 2008

**PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM
EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA**



ALESSANDRA NITSCHKE

**EGRESSOS E NDB EM DIÁLOGO: O ACOMPANHAMENTO DE EGRESSOS
COMO SUBSÍDIO EM PROCESSOS DE REFORMULAÇÃO DE CURSOS DE
ENSINO MÉDIO INTEGRADO DO INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE –
CAMPUS CONCÓRDIA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo Instituto Federal Catarinense, como requisito parcial para obtenção do título de Mestra em Educação Profissional e Tecnológica.

Aprovado em 18 de junho de 2021.

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof. Dr. Reginaldo Leandro Plácido
Instituto Federal Catarinense
Orientador

Profa. Dra. Inge Renate Frose Suhr
Instituto Federal Catarinense

Prof. Dr. Adolfo Ramos Lamar
Fundação Universidade Regional de Blumenau



INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE

Autarquia criada pela Lei nº 11.892 de 29 de Dezembro de 2008

PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA



ALESSANDRA NITSCHKE

TUTORIAL DE UTILIZAÇÃO DE INFORMAÇÕES DE E SOBRE EGRESSOS PARA O ACOMPANHAMENTO, AVALIAÇÃO E REFORMULAÇÃO DE CURSOS DE ENSINO MÉDIO INTEGRADO

Produto Educacional apresentado ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo Instituto Federal Catarinense, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação Profissional e Tecnológica.

Validado em 18 de junho de 2021.

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof. Dr. Reginaldo Leandro Plácido
Instituto Federal Catarinense
Orientador

Profa. Dra. Inge Renate Frose Suhr
Instituto Federal Catarinense

Prof. Dr. Adolfo Ramos Lamar
Fundação Universidade Regional de Blumenau

AGRADECIMENTOS

A Deus, presença constante em minha vida, por me abençoar com saúde, paciência e disciplina para concretizar este desafio.

À minha família, pelo carinho e apoio e por acreditarem que eu poderia cumprir mais esta etapa da minha vida.

Aos Institutos Federais, por estarem transformando a vida de milhares de brasileiros por todo o País e, de modo particular, por transformarem a minha vida, a minha história de filha de pequenos agricultores familiares do oeste de Santa Catarina através do IFC.

Ao meu orientador, Dr. Reginaldo Leandro Plácido, por ter escolhido me orientar já com a pesquisa em andamento e por sua orientação competente, amiga e paciente.

À banca de qualificação, professores Dr. Adolfo Ramos Lamar, Dra. Liane Vizzotto e Dra. Inge Renate Frose Suhr que, com suas análises e sugestões, colaboraram para o aperfeiçoamento desta pesquisa.

A todos os professores do ProfEPT – Blumenau, em especial ao Dr. Cladecir Alberto Schenkel, por me orientar no período inicial da pesquisa e por compartilhar nas aulas e orientações uma visão que transformou o modo como eu enxergo a realidade.

Aos meus colegas do mestrado, pelo acolhimento em Blumenau, pelo apoio e por tudo que aprendi com vocês nesse período. Em especial à Shyrlei, pela companhia nos 800 quilômetros de estrada semanais e pela paciência com minhas 800 dúvidas diárias.

Aos colegas servidores do IFC, que se mostraram sempre dispostos a colaborar para que esta pesquisa fosse realizada. Em especial à Larissa e à Maria do Socorro, parceiras de trabalho diário, por acreditarem em mim, me incentivarem e compreenderem minhas ausências.

A todos que contribuíram nesta caminhada, muito obrigada!

*Neste conturbado século XXI, o desafio maior é
dar sentido autoconstituente ao trabalho
humano de modo a tornar a nossa vida fora do
trabalho também dotada de sentido.
(Ricardo Antunes, 2018)*

RESUMO

A presente pesquisa foi desenvolvida no Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT), se insere na linha de pesquisa “Organização e Memórias de Espaços Pedagógicos na Educação Profissional e Tecnológica (EPT)”, e objetivou compreender se e como o Núcleo Docente Básico (NDB) utiliza as informações dos egressos nos processos de avaliação e acompanhamento dos cursos técnicos integrados ao ensino médio do Instituto Federal Catarinense – *Campus* Concórdia. Trata-se de uma pesquisa participante, qualitativa, de natureza aplicada, que se utilizou de entrevista semiestruturada com representantes dos NDBs dos três cursos ofertados na instituição, além de pesquisa documental e bibliográfica. A pesquisa subsidiou o desenvolvimento do produto educacional “Tutorial de utilização de informações de e sobre egressos para o acompanhamento, avaliação e reformulação de cursos de Ensino Médio Integrado”. Os resultados demonstraram que os NDBs são estruturas importantes para pensar e discutir os rumos dos cursos técnicos integrados ao ensino médio, mas que não utilizam dados sistematizados em relação aos egressos. Em relação ao produto educacional, constatou-se que ele pode possibilitar o início da construção de uma cultura de diálogo com o egresso a fim de a instituição não romper o relacionamento com o estudante quando ele recebe o diploma.

Palavras-Chave: Núcleo Docente Básico (NDB). Egressos. Ensino Médio Integrado (EMI). Educação Profissional e Tecnológica (EPT). Currículo.

ABSTRACT

This research was developed in the Professional Master's Program in Professional and Technological Education (ProfEPT), is part of the research line "Organisation and Memories of Pedagogical Spaces in Professional and Technological Education (EPT)", and aimed at understanding if and how the Basic Teaching Nucleus (NDB) uses information from graduates in the assessment and monitoring processes of secondary vocational courses at the Instituto Federal Catarinense - Campus Concórdia. This is a participatory, qualitative, applied research, which uses a semi-structured interview with representatives of the NDBs of the three courses available in the institution, in addition to documentary and bibliographic research. Research subsidized the development of the educational product "Tutorial on the use of information and on graduates for the monitoring, evaluation and reformulation of secondary vocational courses". The results showed that NDBs are important structures for thinking and discussing the path of secondary vocational courses, but do not use systematic data concerning graduates. Regarding the educational product, it can enable the first steps of a culture of dialogue with the graduates so that the institution does not to break the ties with the students when they receive the diploma.

Keywords: Basic Teaching Nucleus (NDB). Graduates. Secondary vocational education (EMI). Professional and Technological Education (EFA). Curriculum.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEFETs	Centros Federais de Educação Tecnológica
CONSUPER	Conselho Superior
CPA	Comissão Própria de Avaliação
CLA	Comissão Local de Avaliação
EMI	Ensino Médio Integrado
EPT	Educação Profissional e Tecnológica
IFs	Institutos Federais
IFC	Instituto Federal Catarinense
IFC-PróEgresso	Programa de Atendimento aos Egressos no âmbito do IFC
MEC	Ministério da Educação
MIC	Mostra de Iniciação Científica
MICTI	Mostra Nacional de Iniciação Científica e Tecnológica Interdisciplinar
NDB	Núcleo Docente Básico
NDE	Núcleo Docente Estruturante
O.D	Organização Didática
PDF	<i>Portable Document Format</i> (Formato Portátil de Documento)
PDI	Plano de Desenvolvimento Institucional
PPI	Projeto Político Pedagógico Institucional
ProfEPT	Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica
RFEPCT	Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica
PPC	Projeto Pedagógico de Curso
RACI	Registro Acadêmico e Cadastro Institucional

SUMÁRIO

	APRESENTAÇÃO	13
1	INTRODUÇÃO	16
2	REFERENCIAL TEÓRICO	18
2.1	O currículo: uma constante disputa e construção	18
2.2	Educação Profissional e Tecnológica para quê e para quem?.....	19
2.3	O egresso como elemento da avaliação dos cursos.....	23
2.4	Núcleo Docente Básico	25
3	METODOLOGIA.....	27
3.1	Escolha Metodológica e Procedimentos de Construção e Análise dos Dados.....	27
3.2	Elaboração, aplicação e avaliação do produto educacional.....	28
4	RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	30
4.1	Atuação do Núcleo Docente Básico nos cursos de Ensino Médio Integrado	30
4.2	A atuação do NDB na construção do currículo do Ensino Médio Integrado	32
4.3	O egresso como um dos elementos para pensar o currículo.....	35
4.4	Tutorial de utilização de informações de e sobre egressos para o acompanhamento, avaliação e reformulação de cursos de Ensino Médio Integrado	37
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	42
	REFERÊNCIAS	44
	APÊNDICE A – PRODUTO EDUCACIONAL.....	49
	APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTA COM MEMBROS DOS NDBS	76
	APÊNDICE C – QUESTIONÁRIO DE AVALIAÇÃO DO PRODUTO EDUCACIONAL	78
	APÊNDICE D – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO –	

SERVIDORES	79
APÊNDICE E – DOCUMENTOS CONSULTADOS NA PESQUISA DOCUMENTAL.....	82
ANEXO A – CAPÍTULOS REFERENTE AO NDB NAS ORGANIZAÇÕES DIDÁTICAS	83

APRESENTAÇÃO

O Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT) integra um Programa de Pós-graduação em rede nacional, ofertado pela Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPECT). No âmbito do ProfEPT, polo Blumenau, o trabalho de conclusão de curso do mestrado não é no formato de dissertação, como é comum em outros programas, e sim constituído por relatório de pesquisa, em formato de artigo, com extensão de 40 mil a 70 mil caracteres com espaços, incluindo todos os seus elementos, e por produto educacional que possua aplicabilidade imediata (IFC, 2019c).

Assim, o presente texto resulta da pesquisa intitulada “Egressos e NDB em diálogo: o acompanhamento de egressos como subsídio em processos de reformulação de cursos de Ensino Médio Integrado do Instituto Federal Catarinense – *Campus* Concórdia”. A pesquisa se insere na linha de pesquisa “Organização e Memórias de Espaços Pedagógicos na Educação Profissional e Tecnológica (EPT)”, em seu macroprojeto 6: “Organização dos espaços pedagógicos na EPT”.

O estudo foi desenvolvido no *Campus* Concórdia do Instituto Federal Catarinense. A escolha se deu por conta de a pesquisadora ter uma relação de mais de catorze anos com esse *campus*, iniciando como estudante no ensino médio concomitante à educação profissional, dando continuidade na graduação e, atualmente, prosseguindo como servidora. Desse modo, como egressa em diferentes níveis de ensino, e por nunca ter sido contatada institucionalmente para nenhuma conversa, pesquisa, ou alguma avaliação relacionada aos cursos concluídos, emergiu a curiosidade pelo tema dos egressos como subsídio para pensar o curso.

Ao estudar os egressos como subsídio para pensar os cursos, optou-se por delimitar o tema ao Ensino Médio Integrado (EMI), não sendo abordados nesta pesquisa, portanto, os cursos de graduação e pós-graduação do *campus*. Foram objetos da pesquisa os três cursos de Ensino Médio Integrado à Educação Profissional do *campus* Concórdia: Técnico em Agropecuária, Técnico em Alimentos e Técnico em Informática para Internet.

A partir dos dados de matrícula dos estudantes nesses cursos e considerando que a instituição pesquisada está incrustada em uma região predominantemente agroindustrial, é possível afirmar que a maior parte dos estudantes são oriundos do contexto da agricultura familiar, da agroindústria e do comércio. Sendo assim, deve-

se ter em mente que o público dessa instituição é o filho do trabalhador, o filho da classe que vive do trabalho.

Desse modo, ao buscar compreender a construção curricular dos cursos de EMI do IFC, chegou-se ao Núcleo Docente Básico (NDB), órgão existente em cada curso de nível médio do IFC, responsável por discutir e atuar nos processos de atualização e acompanhamento do curso (IFC, 2014)¹. Isso posto, esta pesquisa buscou investigar se e como o NDB utiliza as informações dos egressos nos processos de avaliação e acompanhamento dos cursos técnicos integrados ao ensino médio do IFC – *Campus Concórdia*.

Durante a investigação inicial, e a partir da constatação de que as informações oriundas dos egressos eram utilizadas de forma esporádica e aleatória na efetivação do trabalho dos NDBs, o produto educacional começou a se materializar como um “Tutorial de utilização de informações de e sobre egressos para o acompanhamento, avaliação e reformulação de cursos de Ensino Médio Integrado”. O produto caracteriza-se como um “manual/protocolo” (RIZZATTI *et al.*, 2020) que compila conceitos e procedimentos relacionados ao acompanhamento de egressos de EMI no IFC e propõe o início de uma cultura de valorização do egresso pelos cursos de EMI.

A estrutura do artigo está organizada em cinco seções, na introdução apresentam-se os objetivos e as considerações iniciais a respeito da pesquisa. A seguir, é abordado o referencial teórico, que está dividido em quatro subseções: o currículo: uma constante disputa e construção; educação profissional e tecnológica para quem e para quem?; o egresso como elemento da avaliação dos cursos; e núcleo docente básico. A terceira seção refere-se à metodologia adotada durante a pesquisa. A seguir, são apresentadas as análises desenvolvidas com base em três categorias construídas a partir das entrevistas semiestruturadas: a atuação do NDB nos cursos de EMI; a atuação do NDB na construção do currículo do EMI; e o egresso como um dos elementos para pensar o currículo. Além disso, a análise também contempla a aplicação e avaliação do produto educacional. Por fim, apresentam-se as considerações finais. Ao final do artigo foi inserido, como apêndice, o tutorial

¹ A partir de 31 de março de 2021 entrou em vigor a Resolução 010/CONSUPER/2021, que Regulamenta a Organização Didática (O.D) dos Cursos de Qualificação Profissional, Educação de Jovens e Adultos, Técnicos e de Ensino Superior do IFC e revoga a Resolução 084/CONSUPER/2014, que tratava da Organização Didática dos Cursos Técnicos de Nível Médio do IFC até essa data. No decorrer do texto, será mencionada a resolução de 2014, pois ela estava vigente durante a realização da pesquisa. No Anexo A estão disponíveis os capítulos que se referem ao NDB nas duas resoluções, sendo possível observar as alterações trazidas pela nova regulamentação.

desenvolvido, bem como o roteiro das entrevistas, questionário de avaliação do produto educacional, termo de consentimento e a lista de documentados consultados na pesquisa documental. Como anexo, foram inseridos os capítulos que se referem ao NDB nas Organizações Didáticas.

1 INTRODUÇÃO

Os Institutos Federais são instituições pluricurriculares e *multicampi* que oferecem cursos em diferentes níveis e modalidades de ensino de forma pública e gratuita. Dentre estes, o Instituto Federal Catarinense (IFC) foi o local desta pesquisa, especificamente o *campus* Concórdia, localizado no oeste de Santa Catarina.

No IFC, cada curso de Ensino Médio Integrado (EMI) possui, além do colegiado, o Núcleo Docente Básico (NDB). O NDB é presidido pelo coordenador, e composto por, no mínimo, mais três docentes pertencentes ao quadro efetivo do curso (IFC, 2014). Dentre as atribuições do NDB, destaca-se que esse órgão discute, propõe e atua, constantemente, nos processos de atualização e acompanhamento do curso.

Ao considerar a importância dos egressos e o papel do NDB no acompanhamento do curso, a pergunta que serve de base para a problematização desta pesquisa é: como o acompanhamento de egressos pode contribuir para o NDB na sua atuação nos processos de avaliação e acompanhamento dos cursos técnicos integrados ao Ensino Médio do IFC – *Campus* Concórdia?

Pressupondo que, no processo de pensar esses cursos, há disposição do NDB em considerar as informações oriundas dos egressos, esta pesquisa tem como objetivo geral compreender se e como o NDB utiliza as informações dos egressos nos processos de avaliação e acompanhamento dos cursos técnicos integrados ao Ensino Médio do IFC – *Campus* Concórdia. Dos objetivos específicos, destacam-se os seguintes: investigar junto aos NDBs dos três cursos de EMI do IFC – *Campus* Concórdia se eles utilizam algum instrumento de coleta e sistematização para o acompanhamento dos egressos; identificar se os NDBs utilizam alguma metodologia de leitura e reflexão sobre informações obtidas com egressos; comparar como os NDBs dos três cursos realizam o acompanhamento dos seus egressos; elaborar e aplicar um tutorial que auxilie o NDB a se apropriar das informações dos egressos na sua atuação frente ao curso.

Esta pesquisa se caracteriza, quanto à natureza, como aplicada e sua abordagem é qualitativa, com objetivos de cunho exploratório. Do ponto de vista dos procedimentos técnicos, caracteriza-se como pesquisa participante e, para a construção dos dados, utilizou-se de entrevista semiestruturada com os NDBs de cada curso técnico integrado ao Ensino Médio do IFC – *Campus* Concórdia, além de

pesquisa documental e bibliográfica. A análise dos dados foi realizada por meio da metodologia de análise de conteúdo com base em Bardin (1977).

A partir do levantamento de pesquisas já realizadas sobre o tema, percebeu-se que boa parte dos estudos abordam o egresso da EPT na perspectiva das relações estabelecidas no mundo do trabalho (SALES; VASCONCELOS, 2016; FERREIRA, 2017; SOUZA, 2018). Entende-se, a partir desses estudos, que tanto a dimensão das relações estabelecidas pelos egressos no mundo do trabalho quanto a continuidade em cursos de graduação são relevantes e merecem um olhar atento da instituição de ensino. Entretanto, acredita-se que, além dessas duas, possam existir outras dimensões relevantes que precisam ser investigadas. Nesse ponto é que esta pesquisa se justifica teoricamente, buscando entender quais informações oriundas dos egressos são importantes para construir, (re)construir e (re)avaliar as mudanças nos cursos de EMI.

Apesar do IFC possuir uma política de acompanhamento de egressos, nem sempre as informações a respeito desses sujeitos chegam aos órgãos que avaliam e acompanham os caminhos dos cursos. Nesse sentido, a justificativa prática se alicerça na perspectiva de que a pesquisa e o produto educacional contribuam para que o IFC – *Campus Concórdia* possa, através dos NDBs dos cursos de EMI, consolidar essa ação de acompanhamento de egressos ressaltada como fundamental pelos autores.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 O currículo: uma constante disputa e construção

O currículo escolar é dinâmico e está em constante transformação, pois ele carrega uma historicidade e não pode ser alheio à realidade. Para Sacristán (2000), fica claro que a prática a que o currículo se refere advém de uma realidade prévia muito bem estabelecida, por meio de comportamentos didáticos, políticos, administrativos, econômicos, entre outros, dentre os quais se camuflam muitos pressupostos, teorias parciais, esquemas de racionalidade, crenças, valores, etc., que acabam por condicionar a teorização sobre o currículo. Pereira (2017, p. 298), complementa ao afirmar que:

A organização das experiências culturais, científicas e cotidianas é a função do currículo escolar, porém depende, em parte, da teoria subjacente que esse currículo toma por referência, bem como do sistema de produção da existência que ele atende, ambos irão definir o que e para que selecionar tais experiências [...]

Desse modo, ao pensar a construção dos currículos do Ensino Médio Integrado à Educação Profissional, tendo como horizonte a emancipação humana, é preciso ter clareza de que a prática fragmentada e fragmentadora não é a que deve orientar a discussão. O que se busca é uma educação transformadora que toma o trabalho como princípio educativo e, por isso, a discussão que gravita em torno desta pesquisa tem como referência a pedagogia histórico-crítica. Nessa linha, Ramos (2014, p. 217) explica que:

Partimos do pressuposto filosófico de que o homem é um ser histórico-social e que a produção de conhecimento é um processo de apreensão das mediações que configuram a realidade, em sua historicidade e suas contradições. Encontramos na pedagogia histórico-crítica a referência para a educação escolar coerente com tais pressupostos[...]

A pedagogia histórico-crítica é uma teoria educacional construída por Dermeval Saviani no contexto das lutas que se travavam nos anos 1970 e 1980, período da ditadura militar no Brasil. Conforme Gama e Duarte (2017), essa teoria indica possibilidades reais de pensar um currículo que busque uma formação humana na perspectiva da transição para uma nova forma de organização da sociedade. Ela apresenta à classe que vive do trabalho a possibilidade de acesso a uma efetiva apropriação de todo e qualquer tipo de conhecimento.

Segundo Saviani (2014), a pedagogia histórico-crítica procura recuperar o papel da escola como instrumento de acesso ao saber elaborado. Trata-se de uma contraposição ao enaltecimento, por parte da escola e de educadores, às formas cotidianas, espontâneas e não elaboradas da educação.

É preciso enfatizar que o lugar da aprendizagem do saber científico sistematizado é a escola. E o trabalhador, ou o seu filho, depende dela para se tornar um sujeito menos alienado ou dominado. Desse modo, não se quer desmerecer o conhecimento espontâneo, o conhecimento do senso comum, apenas se quer caracterizar qual é o espaço de aprendizagem da escola. Esse é, na maioria das vezes, o único acesso que a classe trabalhadora tem ao conhecimento científico, enquanto os não sistematizados são disponibilizados em outros espaços.

O currículo depende do contexto em que se desenvolve e dos sujeitos envolvidos, sofrendo interferências diversas. Sacristán (2000) distingue oito subsistemas nos quais se expressam práticas relacionadas com o currículo que influenciam no significado pedagógico do mesmo: o âmbito da atividade político-administrativa; o subsistema de participação e de controle; a ordenação do sistema educativo; o sistema de produção de meios; os âmbitos de criação culturais, científicos, etc; subsistema técnico-pedagógico: formadores, especialistas e pesquisadores em educação; o subsistema de inovação e o subsistema prático-pedagógico.

Assim, o currículo é o resultado das múltiplas interações dos subsistemas e é necessário um olhar para além do ambiente educacional em sua construção. Entende-se que a perspectiva dos egressos de um curso pode ser percebida como parte do subsistema de participação social e de controle, visto que esse sujeito traz um olhar sobre a concretização prática do currículo.

Da mesma forma, as informações sobre os estudantes egressos podem ser subsídio para avaliar em que medida a escola contribui na prática social do sujeito. Nesse sentido, Pereira (2017), ao discorrer sobre avaliação de currículo, afirma que “É imprescindível que os diversos atores do currículo sejam escutados, em particular os egressos, pois eles é que vão dar as informações precisas sobre as finalidades sociais do currículo” (PEREIRA, 2017, p. 302).

2.2 Educação Profissional e Tecnológica para quê e para quem?

Oficialmente, a educação profissional se iniciou, no Brasil, em 1809, com a

criação do Colégio das Fábricas pelo príncipe Dom João VI, objetivando a preparação da mão de obra para atender às necessidades da Coroa recentemente instalada na Colônia e às incipientes fábricas. Cerca de um século depois, Nilo Peçanha assina o Decreto nº 787/1906, considerado um marco para o ensino técnico, criando quatro escolas profissionais. Em 1909, através do Decreto nº 7.566/1909, também assinado por Nilo Peçanha, é criada uma rede nacional de ensino profissional e tecnológico com 19 escolas de Aprendizes Artífices (BENKENDORF; PLÁCIDO; TODOROV, 2020). O objetivo de criar essas escolas foi o de formar operários e mão de obra por meio do ensino prático-repetitivo e de conhecimentos técnicos básicos necessários à execução, de forma mecânica, de um ofício (ALVES *et al.*, 2019).

Na perspectiva do Decreto n.º 7.566/1909, a educação profissional figurava mais no plano assistencial e higienista do que como um programa propriamente educacional. Dessa maneira, "enquanto aos filhos das elites se configurava um projeto de ensino superior, para os pobres restava educação profissional de caráter assistencial, reafirmando as relações de poder herdadas da colônia e do império e de suas bases escravocratas estruturais" (DE CASTRO; PLÁCIDO; SCHENKEL, 2020, p. 337).

Nos anos posteriores ao decreto de Nilo Peçanha, a educação profissional foi alcançando uma nova configuração, deixando de lado o caráter assistencialista e passando a ser utilizada para a formação de mão de obra para a indústria em desenvolvimento (FAVRETTO; SCALABRIN, 2015). Conforme afirmam Vieira e Souza Júnior (2016), em 1930 foi criado o Ministério da Educação e Saúde Pública e iniciou-se um período de expansão significativa, com a criação de novas escolas industriais e introdução de novas especializações nas escolas existentes.

Como é possível perceber, desde o início da educação profissional no Brasil, ela sempre foi considerada uma educação para o filho do trabalhador, para aquele que precisa ingressar no mercado de trabalho o mais rápido possível para incrementar a renda familiar, ou seja, "[...] sempre esteve vinculada aos interesses e ideários da classe dominante" (PADOIN; AMORIM, 2016, p. 1).

Era necessário, portanto, redirecionar esse sentido. Ramos (2007, p. 554) conceitua que:

Um projeto de educação profissional contra hegemônico [...] no nível médio, se fundamentaria na integração entre trabalho, ciência, tecnologia e cultura, superando a 'rarefação' dos conhecimentos humanísticos e sociais, bem como a fragmentação entre formação geral e específica, ou humanista e

científica, que caracterizou a história da educação brasileira.

Na perspectiva da consolidação desse projeto que a autora menciona, é preciso que se considere o trabalho como princípio educativo, e não como mercadoria que objetiva somente a geração de lucro aos proprietários dos meios de produção. Para melhor compreensão desse conceito, é interessante observar a definição trazida por Frigotto (2008, p. 402):

O trabalho como 'princípio educativo' deriva do fato de que todos os seres humanos são seres da natureza e, portanto, têm a necessidade de alimentar-se, proteger-se das intempéries e criar seus meios de vida. É fundamental socializar, desde a infância, o princípio de que a tarefa de prover a subsistência e outras esferas da vida pelo trabalho é comum a todos os seres humanos, evitando-se, dessa forma, criar indivíduos, grupos ou classes sociais que naturalizam a exploração do trabalho de outros.

Na busca dessa educação profissional, que tenha como horizonte a formação integral do trabalhador, o País passou por uma transformação sem precedentes nos últimos anos: em 29 de dezembro de 2008, foram criados os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs), através da Lei nº 11.892, que, em simultâneo, instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT).

Os institutos originam-se da reorganização de estruturas pré-existentes no cenário da educação profissional: os Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs), as Escolas Agrotécnicas e Técnicas Federais e as Escolas Técnicas e Colégios Agrícolas vinculados às universidades, somando-se a essas, novas unidades foram construídas com o objetivo de interiorizar a oferta de EPT. Pacheco (2010) afirma que essas instituições têm como desafio a formação do cidadão como agente político capaz de ultrapassar obstáculos, pensar e agir em favor de transformações políticas, econômicas e sociais fundamentais para a construção de outro mundo possível.

Um desses Institutos mencionados é o Instituto Federal Catarinense, que se constituiu da integração das Escolas Agrotécnicas de Concórdia, Rio do Sul e Sombrio, somando-se aos Colégios Agrícolas de Araquari e Camboriú, que eram vinculados à Universidade Federal de Santa Catarina (SANTOS *et al.*, 2015). O IFC possui, além da reitoria instalada em Blumenau, quinze *campi* distribuídos nas cidades de Abelardo Luz, Araquari, Blumenau, Brusque, Camboriú, Concórdia, Fraiburgo, Ibirama, Luzerna, Rio do Sul, Santa Rosa do Sul, São Bento do Sul, São Francisco do Sul, Sombrio e Videira (IFC, 2019a).

O IFC – *Campus* Concórdia iniciou as atividades em março de 1965, como

Ginásio Agrícola, tendo seu funcionamento autorizado pelo Decreto nº 60.731, de 19 de maio de 1967. A primeira turma formada foi em 1968. Elevou-se de Ginásio Agrícola para Colégio Agrícola em 12 de maio de 1972. Posteriormente, em 4 de outubro de 1979, passou a denominar-se Escola Agrotécnica Federal de Concórdia. Foi transformada em Autarquia Federal pela Lei nº 8.731 de 16 de novembro de 1993, vinculada ao Ministério da Educação, nos termos do artigo 2º do anexo I, Decreto nº 2.147 de 14 de fevereiro de 1997, adquirindo autonomia didática, disciplinar, administrativa, patrimonial e financeira. Por fim, através da Lei nº 11.892/2008, a Escola Agrotécnica Federal de Concórdia passou a integrar o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense, denominando-se *Campus Concórdia* (BENKENDORF; PLÁCIDO; TODOROV, 2020).

Na proposta político-pedagógica dos IFs é estabelecida a oferta de educação básica, principalmente em cursos de Ensino Médio integrado à educação profissional técnica (PACHECO, 2010). É necessário, portanto, compreender o sentido do EMI que os IFs se propõem a trabalhar, e, para isso, é importante fazer algumas diferenciações. Educação integral, educação em tempo integral e formação integrada são termos parecidos e que muitas vezes são utilizados como sinônimos. Entretanto, na EPT é necessário distingui-los e relacioná-los à construção teórica que gravita em torno dessa concepção.

A educação em tempo integral refere-se à ampliação do tempo de permanência dos estudantes na escola, para além das quatro horas mínimas. Assim, “em sentido restrito, refere-se à organização escolar na qual o tempo de permanência dos estudantes se amplia para além do turno escolar, também denominada, em alguns países, como jornada escolar completa” (MOLL, 2010, p. 1).

Já a compreensão de educação integral, como sinônimo de omnilateralidade e politecnia, cuja gênese está na obra de Marx e Engels, e se aproxima da concepção de escola unitária de Gramsci, tem como referência a autonomia e a emancipação humana e só pode ser materializada no seu sentido pleno em uma possibilidade futura, em uma sociedade na qual a classe trabalhadora tenha conquistado o poder político (MOURA, 2013).

Quanto à concepção de currículo integrado, ou formação integrada, que é a proposta do EMI dos Institutos Federais, Ciavatta (2005, p. 84) explica que:

No caso da formação integrada ou do ensino médio integrado ao ensino técnico, queremos que a educação geral se torne parte inseparável da

educação profissional em todos os campos onde se dá a preparação para o trabalho: seja nos processos produtivos, seja nos processos educativos como a formação inicial, como o ensino técnico, tecnológico ou superior.

Logo, é importante que o EMI não seja fragmentado e que possibilite ao estudante sua inserção ativa na sociedade, podendo ser considerado como uma travessia, conforme afirma Moura (2013, p. 707): “[...] o EMI pode ser considerado o germe da formação humana integral, omnilateral ou politécnica”. É preciso ir além do operacional e mecanicista, e buscar uma formação humana no seu sentido pleno, capaz de melhorar as condições de vida desse sujeito na totalidade.

2.3 O egresso como elemento da avaliação dos cursos

O sentido do termo egresso é elástico e vai desde o sujeito que saiu do sistema prisional até qualquer retirada ou afastamento de determinado local (MICHAELIS, 2015). No âmbito educacional, Pena (2000) realizou um estudo conceitual da multiplicidade de significados atribuídos ao termo ‘egressos’ no Brasil e encontrou algumas divergências de entendimento. Enquanto alguns pesquisadores usam o termo egresso para referir-se exclusivamente aos alunos formados, outros são mais abrangentes, incluindo diplomados, desistentes, transferidos, jubilados.

Cabe destacar ainda a definição trazida pela Pesquisa Nacional de Egressos dos Cursos Técnicos da Rede Federal de Educação Profissional: “[...] egresso é o aluno que efetivamente concluiu os estudos regulares, estágios e outras atividades previstas no plano de curso e está apto a receber ou já recebeu o diploma” (BRASIL, 2008, p.12). Esse entendimento corrobora com a definição utilizada pelo IFC na política institucional que regulamenta as atividades e os procedimentos gerais do Programa de Atendimento aos Egressos (IFC-PróEgresso), que conceitua: “Serão considerados egressos os alunos que efetivamente concluíram os estudos regulares previstos nos Projetos Pedagógicos de cada Curso (PPC) e estão aptos a receberem ou já receberam o diploma e/ou certificado dos cursos [...]” (IFC, 2020, p. 1).

Nesta pesquisa o termo egresso será tomado a partir da definição utilizada pelo IFC, sendo entendido como o aluno que efetivamente concluiu o curso. Ao entender os egressos como constituintes do processo de avaliação da instituição, se legitima a necessidade de olhar para esses sujeitos enquanto resultado concreto do currículo proposto. De acordo com Dias (2016), pode-se dizer que os egressos devem ser vistos

como apoio à instituição nos seus processos de avaliação e tomada de decisões. Nesse contexto, fica claro que os egressos são o elo entre a escola, a sociedade e o mundo do trabalho, isso porque são um componente estratégico por vivenciarem a realidade dentro e fora da instituição de ensino.

Nesse sentido, quando se trata do EMI do IFC, ouvir os egressos não é uma opção, e sim uma necessidade. Primeiro, porque o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2019-2023 (IFC, 2019b) estabelece diversos objetivos para a política de acompanhamento de egressos. Depois, porque a resolução nº 008 CONSUPER/2020 (IFC, 2020), aprovou a política institucional e regulamentou as atividades e os procedimentos gerais do Programa de Acompanhamento dos Egressos (IFC-PróEgresso) no âmbito do IFC. Logo, torna-se fundamental que os cursos e os diversos atores da instituição estreitem o diálogo com os egressos, pois a resolução estabelece que a Política de Acompanhamento, bem como o IFC-PróEgresso serão as ferramentas institucionais balizadoras para, dentre outras coisas, a discussão, a atualização dos currículos, a abertura de novos cursos e o aprimoramento das atividades administrativas e de gestão da instituição (IFC, 2020).

Os egressos podem fazer uma avaliação mais consistente sobre o curso, especialmente em relação a dois fatores elencados por Espartel (2009, p. 104): “[...] (1) têm uma maior maturidade e conseguem ter uma visão mais ampla, quando o processo já está encerrado; e (2) são capazes de verificar, de forma pragmática, a contribuição que o curso trouxe à sua atuação profissional”. O autor deixa claro que o papel do egresso não pode ser desconsiderado na avaliação de um curso, e seria um erro, portanto, não considerar as informações de e sobre ele.

Na divisão de Espartel (2009), discutida também por Dias (2016, p.72) “[...] os egressos das instituições de ensino são a articulação com a sociedade, são, ainda, importante fonte de informações e é através destes que as instituições enxergam que imagem elas estão construindo perante a sociedade”. Consequentemente, é importante que haja esforço da instituição e dos cursos para viabilizar uma relação contínua com esses sujeitos.

Por mais que se reconheça que o acompanhamento relacionado à inserção do egresso no processo produtivo e no mundo do trabalho seja de fundamental importância, há igualmente a necessidade de ir além. É preciso um olhar para o todo, pois a não inserção no processo produtivo não significa necessariamente insucesso, assim como a inserção não é sinônimo de sucesso. Nesse sentido,

Entende-se que o estudo com egressos pode colaborar para se dimensionar a contribuição do ensino médio integrado à educação profissional desenvolvido na escola no preparo deles para o trabalho e para o ingresso na educação superior, e ao mesmo tempo detectar possíveis falhas a serem corrigidas (GRANGEIRO, 2016, p. 96).

Quando o autor menciona possíveis falhas a serem corrigidas que podem ser trazidas pela pesquisa com egressos, reforça o entendimento de que o egresso deve ser subsídio para o processo pedagógico de reformulação e atualização curricular dos cursos. A realização de um acompanhamento periódico e sistematizado gera dados que podem embasar a tomada de decisões. É importante que esse acompanhamento aconteça tanto ouvindo os recém-formados, que podem contribuir para o aperfeiçoamento do currículo (DE SÁ; FARIA; FAGUNDES, 2017), quanto numa escuta a longo prazo, quando o egresso pode colaborar com sua trajetória acadêmica, profissional e social.

2.4 Núcleo Docente Básico

O NDB é um órgão que cada curso técnico integrado ao Ensino Médio do IFC possui, e suas atividades podem ser exemplificadas, comparando com os Núcleos Docentes Estruturantes (NDEs) dos cursos superiores. Trata-se do espaço onde os docentes e a coordenação atuam no acompanhamento e na atualização do curso.

A implantação desse núcleo no IFC data do ano de 2009 (IFC, 2009). A lista completa das suas atribuições pode ser observada no Anexo A. Das atribuições ali elencadas, destaca-se que o NDB é um órgão consultivo e propositivo com atribuições estritamente ligadas aos processos de concepção, consolidação e contínua atualização dos projetos pedagógicos dos cursos (IFC, 2014). Ou seja, quando se fala sobre avaliação, formulação e reformulação curricular ou de PPC, é no NDB que efetivamente se faz essas discussões e se pensa as mudanças.

Assim, é importante buscar elementos que subsidiem as decisões e ações desse órgão. Nesse sentido, vislumbra-se que a perspectiva dos egressos traga contribuições para avaliar tanto o currículo que está saindo de cena, quanto o novo currículo formulado ou reformulado, pois:

Quando não se avalia o currículo que está para sair de cena, perde-se toda a possibilidade da afirmação dos seus objetivos formativos, não se sabe se ele cumpriu com as metas estabelecidas, portanto, uma *reformulação curricular desassociada da avaliação* não representa o que o currículo tem

vido em determinado momento histórico da instituição e dos sujeitos. Isso implica também em afirmar que talvez o novo currículo não seja objeto de avaliação permanente para saber se existe relação entre o documento escrito e o currículo vivenciado pelos sujeitos e as relações mais amplas entre educação e sociedade (PEREIRA, 2017, p. 316).

Como se pode verificar, o PPC muitas vezes não reflete o que de fato é vivenciado pelos sujeitos. Desse modo, compreende-se o papel do NDB como mais que questões burocráticas e sistematizadas. A função essencial desse órgão é trabalhar constantemente para o fortalecimento da concepção de EPT no EMI.

3 METODOLOGIA

3.1 Escolha Metodológica e Procedimentos de Construção e Análise dos Dados

Com uma abordagem qualitativa, realizou-se uma pesquisa de natureza aplicada, assim caracterizada tanto pelo direcionamento do tema do acompanhamento de egressos pelos NDBs, como pela elaboração e aplicação de um produto educacional. Quanto ao propósito, assumiu caráter exploratório, devido à necessidade de correlacionar os aspectos evidenciados pelos sujeitos da pesquisa com a abordagem trazida por fontes documentais. Sua realização foi autorizada pela Direção do IFC – *campus* Concórdia com parecer favorável do Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (CEPSH) do IFC.

Em relação às etapas da pesquisa, a primeira consistiu em um levantamento bibliográfico e documental. Consultou-se fontes e material em bases científicas a fim de construir uma discussão teórica a respeito do acompanhamento de egressos e do NDB. Também foram consultadas as atas das reuniões do ano de 2019 dos NDBs dos três Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio do IFC – *Campus* Concórdia. A escolha pelo ano de 2019 foi por ser o ano mais recente, já que a construção dos dados se iniciou em 2020. No total foram localizadas seis atas, sendo quatro do curso Técnico em Alimentos e duas do curso Técnico em Informática para internet. Em relação ao curso Técnico em Agropecuária, foi informado que não haviam sido lavradas atas das reuniões daquele ano. Buscou-se nas atas registros de ações, discussões ou encaminhamentos realizados referentes a egressos, não tendo sido encontrada nenhuma menção a eles nas atas analisadas. Ainda em relação à pesquisa documental, foram selecionados documentos institucionais que tratassem do acompanhamento de egressos e das atribuições dos NDBs, a lista de documentos consultados encontra-se no Apêndice E.

Na segunda etapa da pesquisa foram realizadas entrevistas semiestruturadas com os coordenadores de curso, e selecionados mais dois membros de cada núcleo dos três cursos de EMI do IFC – *Campus* Concórdia, buscando respeitar a diversidade de áreas de atuação e formação, totalizando nove participantes.

Para orientar a entrevista elaborou-se um roteiro em forma de guia, disponível no Apêndice B. Partiu-se de um roteiro único para os três cursos, com flexibilidade para a condução do diálogo, incluindo ou excluindo questões quando necessário. As

entrevistas foram realizadas virtualmente utilizando a plataforma *Google Meet*, sendo gravadas e, posteriormente, transcritas para então se proceder à análise.

Assim, a partir das estratégias de construção de dados adotadas na pesquisa, que tem a característica de interação da pesquisadora com os participantes, percebe-se que, do ponto de vista processual esta pesquisa pode ser definida como pesquisa participante. Gil (2010) salienta que na pesquisa participante a população pesquisada não é considerada passiva e foi justamente essa a perspectiva adotada no processo.

Para a interpretação dos dados foram utilizados os princípios da análise de conteúdo de Bardin (1977). Definiu-se como *corpus* da análise as transcrições das entrevistas e os documentos que foram utilizados como complemento. Assim, estabeleceu-se três categorias de análise que serão trabalhadas na seção de resultados e discussões deste trabalho: a atuação do NDB nos cursos de EMI; a atuação do NDB na construção do currículo do EMI; o egresso como um dos elementos para pensar o currículo.

No decorrer do texto, quando aparecem citações diretas dos entrevistados, foram mantidas suas falas originais e eles receberam uma identificação alfanumérica dividida em duas partes: a primeira representa o número da entrevista e a segunda representa o curso. Dessa forma, para exemplificar, o entrevistado 1, membro do NDB do curso Técnico em Agropecuária foi identificado como E1TA, o entrevistado 1, membro do NDB do curso Técnico em Informática para Internet, como E1TI, o entrevistado 1, membro do NDB do curso Técnico em Alimentos, como E1TAL e assim sucessivamente.

3.2 Elaboração, aplicação e avaliação do produto educacional

O produto educacional da pesquisa é um tutorial de utilização de informações sobre egressos para o acompanhamento, avaliação e reformulação de cursos de EMI. O produto foi construído, a partir do diálogo com os membros dos NDBs e a partir das resoluções, documentos e processos institucionais já estabelecidos. O tutorial foi elaborado pela pesquisadora, utilizando a ferramenta computacional *Microsoft Power Point*, sendo posteriormente convertido para *Portable Document Format* (PDF), classificando-se conforme estabelecido na área de ensino da CAPES como Material Textual

Após a elaboração de uma primeira versão do tutorial, foi realizada a aplicação

do produto com os membros dos NDBs que participaram das entrevistas. Após essa etapa, foi solicitado que os participantes respondessem um questionário *on-line* (*Google Forms*). Obteve-se retorno de oito, dos nove avaliadores. Esse questionário foi construído em duas partes, sendo a primeira composta por seis afirmativas, que deveriam ser avaliadas baseadas na metodologia de escala *likert*, contendo cinco alternativas de concordância que variavam de “discordo totalmente” até “concordo totalmente”.

Essas afirmativas foram elaboradas com base nos seis eixos propostos por Leite (2018), sendo uma afirmativa para cada eixo: Estética e organização do material educativo; Capítulos; Estilo de escrita; Conteúdo; Propostas didáticas; Criticidade. A segunda parte do questionário, que está disponível no Apêndice C, foi constituída de uma questão aberta para sugestões e comentários.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

4.1 Atuação do Núcleo Docente Básico nos cursos de Ensino Médio Integrado

A compreensão dos processos realizados, ou não, pelos NDBs em relação aos egressos perpassou pela necessidade de entendimento das ações desenvolvidas por eles. Assim, uma primeira percepção que precisa ser explicitada é que os procedimentos relatados pelos três cursos são semelhantes e nas falas muitas vezes até se mesclavam, pelo motivo de alguns docentes já terem atuado no NDB de outro curso no *campus*. Desse modo, não foram identificadas diferenças significativas a ponto de ser necessário separar as análises por curso.

A criação do NDB no IFC data do ano de 2009 e alguns docentes com mais tempo de *campus* relatam como ocorreu esse processo de constituição do núcleo:

Não havia NDB ainda constituído para os cursos de nível médio, isso vem nas primeiras organizações didáticas que são criadas pro Instituto. Para os cursos superiores ficou muito explícito o papel do NDE e do seu colegiado, agora para os cursos de nível médio isso foi surgindo meio na onda dos cursos superiores (E7TI).

Constata-se que o NDB faz o seu trabalho, de certa forma, baseado no NDE dos cursos superiores, que é uma estrutura cujas funções “[...] transcendem o burocrático administrativo, concentrando-se em aspectos estratégicos e de estruturação dos cursos; acompanhamento de graduandos e de egressos e articulação com a sociedade na qual a instituição de ensino se insere” (SAKR; VIEIRA, 2019, p. 180). Nesse sentido, o NDB pode contribuir inclusive “[...] para colocar o ensino médio, no que diz respeito a sua relevância para a formação do cidadão no mesmo patamar que o ensino superior” (E7TI). É necessário pontuar que na nova Organização Didática (IFC, 2021) as atribuições do NDE e do NDB, respeitando as especificidades de cada nível de ensino, são as mesmas, corroborando a fala do docente.

Além do NDB, o curso também possui o colegiado; esses órgãos são distintos e possuem atribuições diferentes. Percebeu-se clareza, por parte dos docentes, das distintas funções dos dois órgãos, que podem ser resumidas na seguinte fala: “Mas assim, então o NDB ele propõe né, mas quem decide sim ou não, quem aprova normativa, quem altera efetivamente o documento é o colegiado” (E7TI). Ou seja, a função do NDB é propositiva e consultiva e a do colegiado deliberativa.

Em relação à rotina de trabalho do NDB, averiguou-se que, geralmente, é estabelecida em calendário uma reunião mensal e que, quando existe alguma demanda específica, ou de urgência, são convocadas reuniões extraordinárias. Os assuntos tratados pelo núcleo podem ser observados na fala de E8TAL:

O NDB é um órgão assim mais relacionado às discussões mais amplas, relacionadas ao projeto do curso sabe. Ele acaba sendo um órgão mais assim construtivo, que pode promover certas mudanças no cenário no próprio projeto do curso. Então ele está sempre em atualização referente ao projeto pedagógico do curso (E8TAL).

É importante considerar também que, nesse caso, quando se refere ao PPC “[...] esse núcleo, ele tem extrema importância porque ele vai desenhando o esqueleto do curso” (E9TAL). Também aparecem nas falas outras atividades como “O NDB também eventualmente avalia a necessidade de ajustes em carga horária de disciplina, né, tem uma série de atividades que estão vinculadas, assim né, e dentre uma das responsabilidades, se não me falha a memória está as avaliações do curso” (E2TI).

Esses recortes evidenciam uma série de atividades e discussões realizadas pelos NDBs, e uma delas se refere à avaliação dos cursos. Nesse sentido, é necessário ressaltar que existe uma diretriz institucional (IFC, 2018) que atribui responsabilidade ao coordenador do curso, auxiliado pelo NDB e Núcleo Pedagógico, de realizar a autoavaliação do curso de forma sistematizada.

Entretanto, o que se averiguou nas entrevistas foi um certo desconhecimento por parte dos docentes dessa responsabilidade e até mesmo de que existe um instrumento institucionalizado com esse fim. Essa constatação se confirma no seguinte recorte: “Mas não, não tem, que eu lembre não tem assim uma autoavaliação sistemática, eu não lembro disso” (E4TI). Percebe-se, também, a reivindicação de maior autonomia do núcleo em relação aos processos avaliativos:

Eu acho que o NDB deveria ter inclusive, autonomia de criar um sistema avaliativo que pudesse ser utilizado né. Ou pelo menos estar a par de tudo que está sendo avaliado, porque ele é o órgão que tem condições de direcionar melhor certos questionamentos no processo avaliativo (E8TAL).

Nesse sentido, a diretriz que trata sobre a autoavaliação dos cursos técnicos traz alguns elementos mínimos que devem ser respeitados pelos cursos quando da realização da autoavaliação, estabelece também que ela deve ocorrer a cada dois anos. E, ainda, ela estabelece que a coordenação de curso e o NDB não só podem, como “[...] deverão adaptar o instrumento de avaliação às características específicas

do curso” (IFC, 2018, p. 3). O que se constata nesse caso é que falta conhecimento em relação ao processo institucionalizado de autoavaliação, porque a resolução estabelece procedimentos, mas também dá autonomia para o NDB adequar o que entender necessário.

Outra questão da entrevista foi em relação aos segmentos ou sujeitos que seriam essenciais para o NDB ouvir ao buscar informações para pensar o curso. Os entrevistados revelaram que seria importante ouvir os estudantes, os técnicos administrativos que trabalham de forma próxima ao curso e os professores. Esses três elementos também são os que a diretriz traz como necessários para a autoavaliação (IFC, 2018).

Sendo assim, nota-se a ausência da menção aos egressos como elemento de avaliação, tanto na autoavaliação institucionalizada como nas respostas dos docentes. Percebida essa ausência, foi perguntado se o egresso poderia contribuir nesse processo. As respostas foram todas positivas, como exemplificado nesse recorte: “Então eu acho que seria sim, tipo um dos itens ali, de peso igual né, peso igual das outras ferramentas; tipo vai avaliar a estrutura, corpo docente, a estrutura física e opinião do egresso” (E1TA). Desse modo, pode-se vislumbrar que o egresso é considerado, pelos NDBs, como elemento importante no processo de avaliação, entretanto, não é incluído na efetivação desse processo.

4.2 A atuação do NDB na construção do currículo do Ensino Médio Integrado

O EMI começou a ser ofertado no IFC – *Campus* Concórdia em 2010 e, conforme um estudo realizado no *campus* à época da implantação, “[...] em um contexto marcado pela falta de aprofundamento e de apropriação dos principais conceitos e princípios que embasam política e pedagogicamente esta integração” (RIBEIRO, 2011, p. 148-149). Antes disso os cursos técnicos eram ofertados de forma concomitante ao ensino médio.

Chamam a atenção alguns recortes a respeito do que é o EMI e sua diferença em relação ao concomitante na perspectiva dos entrevistados: “Olha, do concomitante eu não sei, eu não consigo evidenciar grandes distinções que existe assim, porque o cara faz o técnico e faz o médio, seja na mesma escola ou em outra (E2TI)”. Percebe-se uma concepção intrínseca de que tanto o Ensino Médio concomitante como o integrado se tratam da soma da formação geral com a profissional. Essa afirmação

sinaliza na mesma direção do apontamento de E8TAL: “Mas eu vejo como o Ensino Integrado algo muito completo né, então o estudante ele tem a formação básica e ele tem o registro profissional, então é algo que ele pode inclusive trabalhar tá [...]” (E8TAL). Nessa fala o docente inicia se referindo ao EMI como ‘completo’, entretanto, na continuação, fica evidente que o sentido da soma entre educação geral e profissional é o que prevalece.

Diante dessas afirmações percebe-se que ainda não é consenso entre o grupo entrevistado, que discute o currículo do que é a proposta do EMI. Nesse sentido, o docente E7TI reconhece o desafio dessa construção quando avalia o cenário da transformação do curso concomitante em integrado:

As aulas passaram a ser integradas porque a gente passou a chamar de integrado e passou a dar um certificado só ao invés de dois? Não. Elas continuaram caixinhas, elas continuaram separadas, a gente continuou com dependência, com um monte de problemas do concomitante, porque não integrou de fato, chamar de integrado não integra tá (E7TI).

Percebe-se que esse processo de integração é um processo lento e em contínua construção. Desse modo, mesmo estando, em tese, consolidado no papel, o processo ainda enfrenta diversos desafios na prática. É interessante, aliás, ressaltar que os docentes ainda confundem tempo integral e ensino integrado:

Aí é outra discussão sobre fazer integral, porque integral é só estudar, você não pode trabalhar. Aí tem que ver quem tem condições de ser sustentado, o pai sustenta lá, o cara fazer integral, ou me obrigo a fazer o concomitante, mas eu tenho que trabalhar de dia, ou de noite e estudar no outro período, ou eu trabalho ou estudo (E5TA).

O docente se refere ao fato de a oferta do EMI ser em tempo integral, fazendo uma contraposição ao ensino concomitante. Entretanto, é necessário enfatizar que cursos de educação profissional técnica de nível médio concomitantes ao Ensino Médio também podem ser oferecidos em tempo integral. É claro que essa confusão de concepções não invalida a preocupação do docente com o fato que muitos jovens precisam buscar meios para o próprio sustento, muitas vezes antes de terminar o Ensino Médio.

E, nesse caso, o EMI ofertado em tempo integral inviabiliza tanto o trabalho desse jovem como jovem aprendiz, o que é comum na região de Concórdia, como também de auxiliar nas tarefas das pequenas propriedades de agricultura familiar. Nesse sentido, o docente constata que o EMI é necessário, mas nem sempre é possível, por conta das condições objetivas do estudante, evidenciando o fato que o

próprio EMI já é, diante de muitas realidades, considerado um privilégio.

Assim, desde o momento em que o estudante ingressa no EMI é responsabilidade da instituição tornar esse jovem um sujeito capaz de transformar a realidade em que vive. E a consciência dessa tarefa existe:

Esse indivíduo que vai para a sociedade é um ser social e ele demanda de toda a formação na área humana e social que a gente tem [...] desde uma legislação que seja adequada, que proteja os indivíduos, que proteja o meio ambiente, que tenha uma proposta sustentável né, as nossas leis elas são muito frágeis (E9TAL).

Desse modo, quando esta pesquisa assume a concepção de que “[...] o currículo faz parte, na realidade, de múltiplos tipos de práticas que não podem reduzir-se unicamente à prática pedagógica de ensino [...]” (SACRISTÁN, 2000, p. 22) o que se quer enfatizar é que, nesse currículo integrado dos cursos de EMI, os estudantes têm experiências que acontecem ou são viabilizadas pelo IFC que são diferenciadas e que contribuem para a sua formação para além dos conteúdos. Alguns aspectos são evidenciados no seguinte recorte: “Sabe essas MIC, MICTI, pô, pra muitos alunos é a primeira vez que o cara vê o mar entende, pra alguns alunos é a primeira vez que ele anda de ônibus, é uma coisa sabe” (E4TI). O docente se refere aos eventos científicos que são realizados pelo IFC e que acontecem em regiões distintas do estado. Além desses, acontecem também os encontros de atividades culturais, como por exemplo banda marcial, grupo de danças, IFCultura e atividades esportivas, além de visitas técnicas às propriedades rurais, indústrias e empresas relacionadas com a área de atuação do curso.

Essas oportunidades, por exemplo, de conhecer o mar, ou até mesmo andar de ônibus, acabam se tornando um marco na vida dos estudantes. São experiências de cultura e conhecimento que não são explícitas no currículo prescrito, entretanto, elas acontecem e não devem ser consideradas extracurriculares, pois fazem parte do currículo quando ele é entendido como “[...] resultado das diversas intervenções que nele se operam [...]” (SACRISTÁN, 2000, p. 101).

Em relação ao processo de construção curricular e o papel do NDB nesse processo, há um reconhecimento do protagonismo do núcleo nessas discussões e formulações. Entretanto, também são percebidos alguns limites:

Qual vai ser o nosso poder diante de uma hierarquia maior? De conseguir essa [...] modificação né, porque senão a gente fica sugerindo, sugerindo e a gente fica chovendo no molhado (E3TAL).

Então não é que o NDB não seja capaz de visualizar soluções interessantes, criativas, diferentes e inovadoras. Às vezes é uma normativa, que simplesmente está lá assim, não pode (E7TI).

Nota-se que existem pontos limitantes, e que precisam ser trabalhados para que o NDB tenha mais voz nos espaços em que atua. Entretanto, é preciso ressaltar que esse núcleo é fundamental para a reformulação do curso, é através dele que se discutem questões sobre a construção de um currículo voltado para a superação do “[...] academicismo clássico e do profissionalismo estreito [...]” (RAMOS, 2007, p. 554).

4.3 O egresso como um dos elementos para pensar o currículo

Na busca de entender se as informações dos egressos são utilizadas pelos NDBs, as entrevistas foram conduzidas para esse tema. O que se constatou foi que nos processos de reformulação dos PPCs dos cursos, finalizados em 2020, não foram utilizadas informações de egressos e também que os NDBs não consultam ou têm conhecimento da existência de dados sistematizados em relação aos egressos.

O que de fato ocorre é uma ou outra ação individual de algum docente que tem um contato mais próximo com determinados egressos, contatos eventuais por redes sociais e informações que surgem no encontro de egressos que é promovido bianualmente pela instituição. Assim, eventualmente, é trazida alguma informação para as discussões, mas não se tem nenhuma ação metodologicamente sistematizada.

É interessante ressaltar que a pedagogia histórico-crítica, “[...] posiciona-se claramente em defesa dos interesses da classe trabalhadora” (MALANCHEN, 2016, p. 211). Diante disso, é necessário entender como o egresso do EMI, filho da classe trabalhadora, poderia contribuir para a construção curricular. Surgem algumas possibilidades:

Buscar ajustes e melhorias que esse egresso, quando vai pro campo de trabalho, ele vai ver as dificuldades que tem, entre o que ele aprendeu e entre o que está na prática (E5TA).

O egresso ele tem uma visão muito diferente, uma visão privilegiada né, porque ele é um cara que já saiu (E4TI).

É através dos egressos que a gente consegue traçar, consegue verificar o que que deu certo, o que que não deu, o que que precisa corrigir, o que que tá legal, o que que precisa continuar, o que que de repente precisa de uma pequena mudança (E6TA).

É oportuno destacar o reconhecimento por parte dos membros dos NDBs de

que os aspectos que são trazidos pelos egressos podem ser um elemento relevante para planejar os rumos do curso. Evidentemente que o ponto de vista dos egressos não pode ser o único a ser considerado, e exige reflexão, como bem lembrado pelos docentes:

Então, é importante existir o espaço para discussão, é importante a entrada, o *input* de informações dos egressos, do mercado. Mas é importantíssimo de que nós tenhamos consciência de que, eventualmente nós não vamos seguir o que o dado mostra, porque o dado mostra o raio X, o recorte atual, então nós temos que pensar: tá, e o próximo passo? (E2T1).

Dentre os subsistemas que interferem nas práticas relacionadas ao currículo, pode-se destacar o subsistema de participação social e de controle, que parte do princípio de que “Todo currículo se insere num determinado equilíbrio de divisão de poderes de decisão e determinação de seus conteúdos e formas” (SACRISTÁN, 2000, p. 23-24). O autor não menciona explicitamente os egressos como parte desse subsistema, entretanto parece aceitável incluí-los, pois se averiguou durante a pesquisa que esses sujeitos podem contribuir na concretização dos currículos e, conseqüentemente, colaborar na avaliação dos pontos a serem repensados.

Surgiram apontamentos no sentido de as informações dos egressos contribuírem para analisar as áreas mais procuradas e traçar um paralelo com as disciplinas com mais reprovação ou que os estudantes têm mais dificuldade, porque, de acordo com os entrevistados, disciplinas muito específicas de determinadas áreas são extenuantes para os estudantes e acabam por nem serem área de atuação após formados. Assim, essas informações podem respaldar a inclusão, exclusão ou manutenção de determinada disciplina na estrutura curricular.

É interessante, porque tudo vai culminar na construção de um trabalho melhor adiante né, acho que a resposta ela poderia ser incorporada como se fosse uma consulta né, uma consulta desses egressos, partir dali pra gente inserir no novo PPC (E9TAL).

Embora as ações não estejam sistematizadas, percebe-se que no processo de repensar os currículos do EMI há disposição dos NDBs em considerar as informações oriundas dos egressos. Entende-se que esse grupo, enquanto constituinte da linha de frente da construção curricular, pode fazer um movimento no sentido de incluir esse elemento ao pensar o curso.

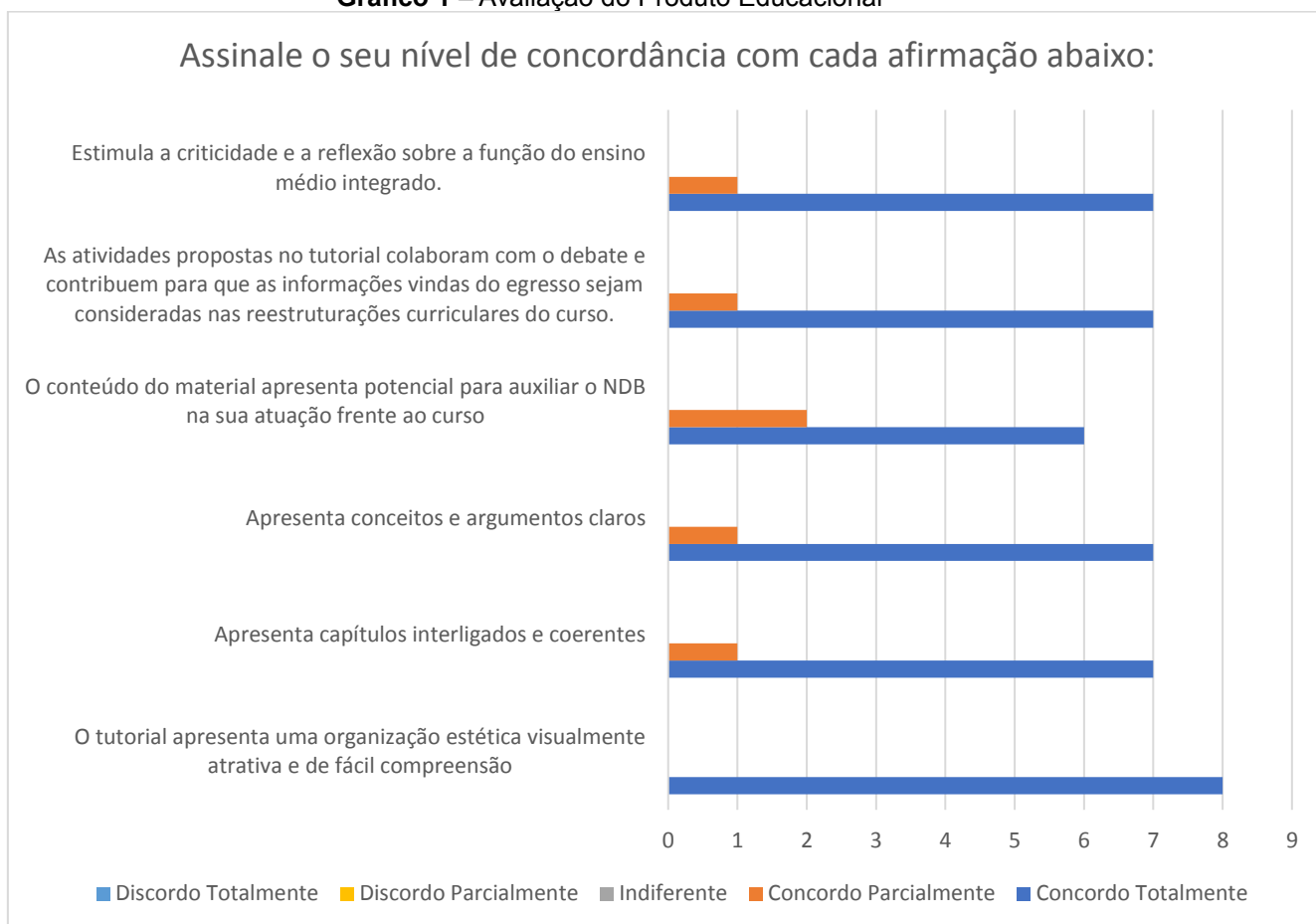
4.4 Tutorial de utilização de informações de e sobre egressos para o acompanhamento, avaliação e reformulação de cursos de Ensino Médio Integrado

Desenvolveu-se um tutorial que se enquadra na tipologia “manual/protocolo” trazida por Rizzatti *et al.* (2020). O seu objetivo é sistematizar as formas de coleta, tratamento, aplicação e reflexão sobre as informações fornecidas por egressos dos cursos técnicos integrados ao Ensino Médio, além de auxiliar os NDBs no reconhecimento do egresso como um sujeito que reflete as ações do curso.

A versão inicial do tutorial foi construída em articulação com as entrevistas, documentos e fluxos institucionais e levou em consideração os eixos propostos por Kaplún (2003) e Zabala (1998) para a construção de produtos educacionais: conceitual, procedimental, atitudinal, pedagógico e comunicacional. Ele foi dividido em 8 seções: Para começo de conversa; Quando inicia a relação do NDB com o egresso; Como se aproximar; Por quanto tempo o curso deve acompanhar o egresso; O que perguntar; Algumas sugestões de pontos de reflexão sobre os dados; Checklist anual das ações desenvolvidas; Como dar continuidade.

A aplicação do produto aos NDBs ocorreu através da plataforma *Google Meet*, e cada uma das suas etapas foi trabalhada em uma espécie de simulado. Durante a aplicação, ocorreram discussões a respeito dos conceitos, da política de acompanhamento de egressos do IFC e dos tempos de acompanhamento sugeridos, entre outras. Foi apresentado o portal de egressos e suas funcionalidades, os dados que já existem e como acessá-los e as sugestões sobre o que perguntar e os pontos de reflexão.

De modo geral, durante a aplicação do tutorial, os membros dos NDBs consideraram que ele pode contribuir em seus processos e, conseqüentemente, para o aperfeiçoamento dos currículos dos cursos de EMI. Quanto à avaliação, observa-se, no Gráfico 1, as respostas obtidas na primeira questão sobre o nível de concordância com as afirmações elaboradas a partir dos eixos propostos por Leite (2018).

Gráfico 1 – Avaliação do Produto Educacional

Fonte: Elaborado pela autora (2021).

Observa-se que os resultados são satisfatórios, pois os níveis de concordância plena e parcial são unanimidades entre os respondentes. Isso demonstra que o tutorial foi considerado válido pelos seus usuários.

A segunda questão era um espaço para comentários, sugestões ou críticas em relação ao material. No Quadro 1 são apresentados os dados obtidos.

Quadro 1 – Avaliação descritiva do produto educacional

Utilize esse espaço para deixar seu comentário sobre alguma questão em específico, ou então fazer sugestões, elogios ou críticas sobre esse material.

Muito bom material, com informações claras que auxilia atuação do NDB.

Achei ótimo o material. Com certeza contribuirá muito para a atuação dos NDBs para acompanhamento dos egressos dos diferentes cursos.

O trabalho proposto reforça um importante debate sobre acompanhamento de egressos e faz repensar o papel dos NDB's frente às limitações impostas pela instituição, no que diz respeito às eventuais melhorias e reformulações dos Cursos Técnico Integrados. Como sugestão pontual, recomendo rever os prazos para os levantamentos de dados, concentrando-os nos primeiros anos após a formatura.

Sugiro rever os momentos de obtenção dos dados, dando maior ênfase aos primeiros anos após a saída da instituição. Por exemplo: 1, 2, 5 e 10 anos.

Sugiro também pensar estratégias para que o coordenador possa contar com o apoio de bolsistas remunerados para ajudar, principalmente, no trabalho de organização dos dados.

É importante não engessar as decisões de reformulação dos projetos dos cursos com base única e exclusivamente nos dados provenientes dos levantamentos realizados juntos aos egressos. Argumento com base nas demandas de 2010 do APL para a área de computação/informática aqui na região. Neste momento as organizações locais apontavam para demanda de desenvolvedores de software preparados para atuar com a linguagem de programação Delphi. Contudo, com base na experiência dos docentes da área técnica, o curso optou por uma formação mais voltada para Internet, o que nos levou a decidir por linguagens de programação como Python e JavaScript. Essa decisão se mostrou acertada, considerado que nos últimos 3 anos as organizações locais apresentam oportunidades de trabalho com requisitos como linguagens Python e JavaScript. Tal decisão foi tomada com base na perspectiva de que o IFC Concórdia estivesse formando o profissional com os conhecimentos necessários para o momento em que ele chegasse ao mercado. Com base nessa experiência, argumento pela manutenção da liberdade de escolha dos NDBs, em que os dados levantados são considerados, mas não se tornem a única fonte para a evolução dos cursos.

Parabéns pela escolha do tema, pela dedicação e pelo excelente trabalho que você executou. Acho muito importante que a Instituição tenha conhecimento do papel que possa desempenhar na vida do estudante proporcionado por essa plataforma de acompanhamento dos egressos. Complementou por e-mail: Teu trabalho está ótimo. A proposta é muito relevante levando em conta o que pode representar a oportunidade de estudar no IFC, tanto no MÉDIO INTEGRADO como no SUPERIOR. Como vc falou na reunião, vc é egressa de 2 cursos do IFC e consegue ver o egresso numa perspectiva bem diferente de quem não passou por essa experiência. As circunstâncias foram determinando tuas escolhas e moldando teu caminho sem uma verticalização (escolha de cursos distintos) e vc teve uma trajetória bem sucedida. (tudo isso está associado ao teu perfil de dedicação e de empenho também, te admiro muito por isso).

Outros egressos já precisam de mais tempo, por isso a necessidade dos 5, 10 anos na plataforma... para levantar esses dados.

Às vezes as circunstâncias não são tão favoráveis, precisam retornar para casa; ou ir logo para o mercado de trabalho, em áreas distintas; nem sempre se adaptam... Às vezes, mais tarde eles resgatam esse diploma do IFC e implementam uma carreira... ou um negócio.

Hoje, as coisas estão muito difíceis... conversei com os alunos em sala de aula e depois encontro muitos deles por aí, depois de formados.

Poucos conseguem seguir uma carreira acadêmica plena... Poucos têm esse privilégio.

Também não dá para negar que a formação técnica está vinculada às transformações do mundo do trabalho... Então o NDB tem que ficar atento a todas essas demandas, sempre que possível adequando e atualizando os PPC, sem esquecer da formação humana desses indivíduos. Parabéns pelo Trabalho.

Seria interessante estudar mais as propostas de como estes egressos e o IFC campus Concórdia forneceriam e coletaria estas informações, respectivamente. Quem seria(m) o(s) responsáveis por estas coletas ao longo do ano? Qual seria a maneira de coleta (e-mail, whatsapp)? Pois são informações importantes que devem ser bem organizadas para que possam ser divulgadas.

Ver na gravação: Preocupação com Whatsapp, só tem um telefone fixo para os três coordenadores. Também não vê a viabilidade de utilizar o número pessoal com as questões de privacidade. Preocupação com muitas atribuições na pessoa do coordenador de curso.

Fonte: Elaborado pela autora (2021).

Conforme se observa no Quadro 1, duas avaliações argumentam em favor de concentrar o acompanhamento nos primeiros anos, no sentido de que essas informações seriam mais interessantes para uma eventual modificação curricular do curso. Entretanto, outro comentário aponta uma preocupação de que muitos egressos

não conseguem, por falta de oportunidade, seguir imediatamente para um curso de graduação ou até mesmo se estabelecer enquanto sujeito no mundo do trabalho nesses primeiros anos e, por esse motivo, vê como relevante o tempo de cinco e dez anos para fazer o levantamento dos dados com egressos. A partir desses argumentos, a sugestão de momentos de aplicação do questionário foi alterada no tutorial de seis meses, três anos e dez anos para seis meses, três anos, cinco anos e dez anos.

Uma preocupação levantada foi em relação à forma de aproximação do curso com os egressos, especificamente em relação à criação de um grupo de *WhatsApp* pelo coordenador do curso. Os docentes trouxeram algumas possíveis dificuldades de ordem técnica e operacional. Assim, como o foco principal dessa sugestão era o de ressaltar a importância de criar um canal de comunicação com os egressos, que não necessariamente precisa ser um grupo de *WhatsApp*, alterou-se o texto, sugerindo a criação de um canal de comunicação, sem vincular a uma rede social ou aplicativo específico. Pretende-se, com essa etapa do tutorial, facilitar a comunicação e a manutenção dos contatos atualizados e não, ser o meio oficial de comunicação.

Merecem destaque também preocupações que surgiram em relação ao acúmulo de atribuições vinculadas ao coordenador do curso, havendo inclusive sugestão de contratação de estudante bolsista. Outra sugestão foi a de especificar responsáveis para cada etapa e a forma de coleta de informações. Em relação a esses pontos, é necessário destacar que é responsabilidade do NDB fazer o acompanhamento do curso, e o propósito do tutorial é auxiliar nesse sentido, trazendo o que está regulamentado pelo IFC e o que esta pesquisa apontou como necessário para pensar o curso. Assim, não se tem a intenção de determinar a estrutura e a logística desse acompanhamento e sim, de propor como o NDB pode se aproveitar disso enquanto órgão que acompanha o curso.

Em uma avaliação foi indicada a liberdade de escolha dos NDBs, de forma a não tornar os dados levantados como única fonte para decisão. Esse ponto se refere à seção de sugestões de reflexão sobre os dados, em que o tutorial oferece um ponto de reflexão referente aos dados que o mundo do trabalho pode apresentar. Nesse ponto, considera-se que a sugestão no tutorial está adequada, pois é esse tipo de reflexão que se quer provocar, reconhecendo ser necessário refletir sobre os dados, sem, entretanto, tomá-los como únicos definidores dos rumos dos cursos.

A partir das sugestões obtidas na avaliação e das percepções durante a aplicação, o produto foi remodelado em alguns pontos. O tutorial (disponível no

Apêndice A), aponta um caminho possível para os NDBs se apropriarem das informações dos egressos para acompanhamento e reconstrução dos cursos. Por essa razão, tem particular relevância em fornecer subsídios à instituição e aos cursos e iniciar um movimento de valorização do egresso.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embora o enfoque desta pesquisa tenha sido o egresso como elemento em uma das frentes de atuação do NDB, o seu desenvolvimento também possibilitou a compreensão do trabalho desse órgão enquanto grupo fundamental para a avaliação, construção e reconstrução constante dos cursos de EMI. Além disso, permitiu o reconhecimento do panorama atual da política de acompanhamento de egressos do IFC.

Os resultados demonstraram que nos últimos processos de reformulação dos cursos de EMI, não foram utilizadas informações sobre e de egressos e que os NDBs não têm conhecimento da existência de dados sistematizados em relação aos egressos do IFC. O que acontece é uma ou outra ação individual e esporádica de determinados docentes que têm um contato mais próximo com alguns egressos por afinidade pessoal e que, eventualmente, trazem alguma informação ou dado para as discussões.

Assim, foi possível identificar que os NDBs não utilizam nenhum instrumento de coleta e sistematização para o acompanhamento dos egressos, tampouco possuem metodologia de leitura e reflexão sobre os dados de egressos. A pesquisa também evidenciou que a forma de trabalho dos NDBs dos três cursos investigados e as necessidades apontadas em relação aos egressos são muito semelhantes, permitindo, assim, a análise dos NDBs de modo geral e não de cada um deles em particular.

Outro aspecto a ser destacado é o produto educacional que foi elaborado e aplicado com os servidores membros dos NDBs participantes da pesquisa. Após a avaliação, percebeu-se que o material foi bem avaliado e que ele pode contribuir para o início da construção de uma cultura de não romper o relacionamento com o estudante a partir do momento em que ele recebe o diploma, além de o curso ter o mesmo comprometimento com o egresso que ele tem com o estudante ativo, no sentido de ouvi-lo nos processos de mudanças e melhorias curriculares.

Ressalta-se que o pressuposto de que há disposição dos NDBs em considerar as informações oriundas dos egressos nos processos de pensar os cursos estava correto, entretanto percebeu-se que não há um instrumento que contribua nesse trabalho. O que se compreendeu foi que os NDBs utilizam informações esporádicas e informais de egressos nos processos de avaliação e acompanhamento dos cursos de

EMI.

Por fim, respondendo à questão que norteou esta pesquisa, pode-se afirmar, segundo a percepção dos sujeitos investigados, que o acompanhamento de egressos pode contribuir com o NDB na sua atuação nos processos de avaliação e acompanhamento dos cursos técnicos integrados ao Ensino Médio do IFC – *Campus* Concórdia. Essa contribuição pode ser percebida tanto no sentido de verificar informações “sobre” o egresso, ou seja, informações que permitem saber onde ele está, seu itinerário formativo, suas experiências no mundo do trabalho, quanto informações “de” egressos, ou seja, questões relacionadas ao curso e à instituição que, na sua concepção contribuem ou não, na sua trajetória. Esse acompanhamento, em especial, contribui com o NDB no sentido de incitar reflexões, respostas e novas indagações a respeito do papel do curso de EMI na travessia para uma formação humana integral.

Diante dos resultados apresentados, pode-se afirmar que os objetivos e a problemática desta pesquisa foram atingidos. Entretanto, dada a relevância do tema sobre egressos na EPT e da sua importância na construção curricular, efetivada no IFC pelos NDBs, faz-se necessário apontar uma lacuna que permanece e que pode ser explorada em estudos futuros. Um caminho possível seria investigar, através dos egressos, se os cursos de EMI estão atendendo aos arranjos produtivos locais e se há necessidade de ampliação ou diminuição do número de vagas de determinado curso, visto que o curso técnico em Agropecuária oferece 4 turmas anualmente, enquanto os cursos técnicos em Alimentos e em Informática para Internet oferecem uma turma cada.

REFERÊNCIAS

- ALVES, L. M. S.; PLÁCIDO, R. L.; FARIA F. P., ROHR, M. L. Retalhos de experiências exitosas em Educação Profissional e Tecnológica. **Debates em Educação**, Maceió, v. 11, n. 24, p. 564-585, ago. 2019. ISSN 2175-6600. Disponível em: <https://www.seer.ufal.br/index.php/debateseducacao/article/view/6910>. Acesso em: 31 mar. 2021.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.
- BENKENDORF, S. K. J.; PLÁCIDO, R. L.; TODOROV, D. M. Tecendo a história do Instituto Federal Catarinense, campus Concórdia (1965-1975): histórias de (in)disciplina. **Research, Society and Development**, [S. l.], v. 9, n. 10, e7949109239, 2020. DOI: 10.33448/rsd-v9i10.9239. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/9239>. Acesso em: 14 jan. 2021.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Pesquisa nacional de egressos dos cursos técnicos da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica (2003-2007)**. Brasília: MEC, 2008. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=6696-relatoriopesquisa-redefederal&Itemid=30192. Acesso em: 30 out. 2019.
- ClAVATTA, M. A formação integrada: a escola e o trabalho como lugares de memória e de identidade. In: FRIGOTTO, G.; ClAVATTA, M.; RAMOS, M. (org.). **Ensino Médio Integrado: Concepção e Contradições**. São Paulo: Cortez, 2005. Cap. 3. p. 83-105.
- DE CASTRO, C. A.; PLÁCIDO, R. L.; SCHENKEL, C. A. História socioespacial do trabalho no Brasil, educação profissional tecnológica e a questão regional. **Revista Labor**, v. 1, n. 24, p. 331-355, 19 out. 2020. Disponível em: <http://www.periodicos.ufc.br/labor/article/view/44200>. Acesso em: 8 jan. 2021.
- DE SÁ, K. R.; FARIA, G. S.; FAGUNDES, K. G. Currículo do ensino médio integrado: considerações dos egressos. In: SEMINÁRIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA IFMG-BETIM, 6., 2017, Belo Horizonte. **Anais** [...]. Belo Horizonte: IFMG, 2017. n.p. Disponível em: <https://www.ifmg.edu.br/sic/edicoes-anteriores/resumos-2017/curriculo-do-ensino-medio-integrado-consideracoes-dos-egressos.pdf>. Acesso em: 16 jun. 2020.
- DIAS, M. R. D. **A política de monitoramento de egresso no Instituto Federal do Ceará: um estudo de caso no campus de Caucaia**. 2016. 154 f. Dissertação (Mestrado) – Curso de Pós-graduação Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2016. Disponível em: <http://repositorio.ufjf.br:8080/jspui/bitstream/ufjf/3655/1/marciarejanedamascenodias.pdf>. Acesso em: 27 maio 2020.
- ESPARTEL, L. B. O uso da opinião dos egressos como ferramenta avaliação de cursos: o caso de uma instituição ensino superior catarinense. **Revista Alcance**, Itajaí, v. 16, n. 1, p. 102-14, 2009. Disponível em:

<https://siaiap32.univali.br/seer/index.php/ra/article/view/1050>. Acesso em: 25 ago. 2020.

FAVRETTO, J.; SCALABRIN, I. Educação profissional do Brasil: marcos da trajetória. *In*: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO - EDUCERE, 12., 2015, Curitiba. **Anais** [...]. Curitiba: Escola de Educação e Humanidades da Pontifícia Universidade Católica do Paraná, 2015. p. 18520-18533. Disponível em: http://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2015/22698_11447.pdf. Acesso em: 25 set. 2019.

FERREIRA, D. J. **Fatores que contribuem para trajetórias diferenciadas dos egressos da área da agropecuária na relação entre o ensino técnico, o ensino superior e o mercado de trabalho demandado**. 2017. 114 f. Tese (Doutorado) – Curso de Educação, Universidade do Vale do Itajaí, Itajaí-SC, 2017. Disponível em: <https://www.univali.br/Lists/TrabalhosDoutorado/Attachments/139/danilo-jose-ferreira.pdf>. Acesso em: 22 out. 2019.

FRIGOTTO, G. Trabalho. *In*: PEREIRA, I. B.; LIMA, J. C. F. (org.). **Dicionário da educação profissional em saúde**. 2. ed. Rio de Janeiro: Epsjv, 2008. p. 399-404. Disponível em: <http://www.sites.epsjv.fiocruz.br/dicionario/Dicionario2.pdf>. Acesso em: 21 dez. 2020.

GAMA, C. N.; DUARTE, N. Concepção de currículo em Demerval Saviani e suas relações com a categoria marxista de liberdade. **Interface**, Botucatu, v. 21, n. 62, p. 521-530, 2017. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-32832017000300521&lng=pt&tlng=pt. Acesso em: 6 out. 2020.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2010.

GRANGEIRO, H. M. B. **Os cursos técnicos de nível médio e as percepções de egressos de uma escola estadual de educação profissional do Ceará**. 2016. Dissertação (Mestrado Profissional) – Faculdade de Educação/CAEd, Programa de Pós-Graduação em Gestão e Avaliação da Educação Pública, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2016. Disponível em: <http://repositorio.ufjf.br:8080/jspui/handle/ufjf/3616>. Acesso em: 27 maio 2020.

INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE (IFC). **Resolução Ad Referendum nº 023/Conselho Superior/18/12/09**. 2009. Disponível em: <https://ifc.edu.br/wp-content/uploads/2014/05/RESOLU%c3%87%c3%83O-AD-REFERENDUM-023-2009-nortear-organiza%c3%a7%c3%a3o-did%c3%a1tica.pdf>. Acesso em: 13 nov. 2020.

INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE (IFC). **Resolução nº 084 – CONSUPER/2014**. 2014. Disponível em: <http://secretaria.concordia.ifc.edu.br/wp-content/uploads/sites/11/2016/10/organizacao-didatica-cursos-tecnicos.pdf>. Acesso em: 13 nov. 2019.

INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE (IFC). **Portaria normativa nº 002 CONSEPE/2018**. 2018. Disponível em: <https://consepe.ifc.edu.br/wp->

content/uploads/sites/39/2018/08/Portaria-Normativa-n.-002-CONSEPE-de-13-de-agosto-de-2018.pdf. Acesso em: 10 fev. 21.

INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE (IFC). **Sobre o IFC**. 2019a. Disponível em: <http://ifc.edu.br/sobre-o-ifc/>. Acesso em: 26 set. 2019.

INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE (IFC). **PDI – Plano de Desenvolvimento Institucional 2019/2023**. 2019b. Disponível em: http://consuper.ifc.edu.br/wp-content/uploads/sites/14/2019/01/PDI_2019-2023_VERSO_FINAL_07.06.2019_-_ps_Consuper.pdf. Acesso em: 13 nov. 2019.

INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE (IFC). **Resolução nº 10 – CONSUPER/2019**. 2019c. Disponível em: <https://consuper.ifc.edu.br/wp-content/uploads/sites/14/2019/01/Resolu%C3%A7%C3%A3o-10.2019-Regulamento-local-do-programa-de-P%C3%B3s-gradu%C3%A7%C3%A3o-em-Educa%C3%A7%C3%A3o-Em-Rede-ANEXO.pdf>. Acesso em: 29 mar. 2021.

INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE (IFC). **Resolução nº 008 – CONSUPER/2020**. 2020. Disponível em: <http://consuper.ifc.edu.br/wp-content/uploads/sites/14/2020/01/Resolu%C3%A7%C3%A3o-008.2020-Anexo.pdf>. Acesso em: 30 mar. 2020.

INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE (IFC). **Resolução nº 010 – CONSUPER/2021**. 2021. Disponível em: https://consuper.ifc.edu.br/wp-content/uploads/sites/14/2020/12/ANEXO_-_Resoluo_n_010.2021__ORGANIZAO_DIDTICA_DOS_CURSOS_DO_IFC.pdf. Acesso em: 6 abr. 2021.

KAPLÚN, G. Material educativo: a experiência de aprendizado. **Comunicação & Educação**, São Paulo, n. 27, p. 46–60, maio/ago. 2003. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/comueduc/article/view/37491/40205>. Acesso em: 23 nov. 2020.

LEITE, P. S. C. Produtos educacionais em Mestrados Profissionais na área de ensino: uma proposta de avaliação coletiva de materiais educativos. *In*: CONGRESSO IBERO-AMERICANO EM INVESTIGAÇÃO QUALITATIVA (CIAIQ), 7., 2018, Fortaleza. **Atas CIAIQ**, Fortaleza, 2018. p. 330-339. Disponível em: <https://proceedings.ciaiq.org/index.php/ciaiq2018/article/view/1656/1609>. Acesso em: 22 jan. 2021.

MALANCHEN, J. **Cultura, conhecimento e currículo**: contribuições da pedagogia histórico-crítica. Campinas: Autores Associados, 2016.

MICHAELIS. **Moderno Dicionário da Língua Portuguesa**. São Paulo: Melhoramentos, 2015. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/egresso>. Acesso em: 13 jan. 2021.

MOLL, J. Escola de tempo integral. *In*: OLIVEIRA, D. A.; DUARTE, A. M. C.; VIEIRA, L. M. F. (org.). **Dicionário**: trabalho, profissão e condição docente. Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação, 2010. Disponível em: <https://gestrado.net.br/wp->

content/uploads/2020/08/408-1.pdf. Acesso em: 01 maio 2020.

MOURA, D. H. Ensino médio integrado: subsunção aos interesses do capital ou travessia para a formação humana integral? **Educação Pesquisa**, São Paulo, v. 39, n. 3, p. 705-720, 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ep/v39n3/10.pdf>. Acesso em: 31 jan. 2020.

PACHECO, E. **Os Institutos Federais**: uma revolução na educação profissional e tecnológica. Brasília: MEC/SETEC, 2010. Disponível em: <https://memoria.ifrn.edu.br/bitstream/handle/1044/1013/Os%20institutos%20federais%20-%20Ebook.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 25 set. 2019.

PADOIN, E.; AMORIM, M. O percurso da Educação Profissional no Brasil e a criação dos Institutos Federais nesse contexto. *In*: SEMINÁRIO NACIONAL DE HISTÓRIA DA CIÊNCIA E DA TECNOLOGIA, 15., 2016, Florianópolis. **Anais** [...]. Florianópolis: Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina, 2016. p. 1-14. Disponível em: https://www.15snhct.sbhct.org.br/resources/anais/12/1473984255_ARQUIVO_ARTIGO_OSNHCTENVIADO.pdf. Acesso em: 24 set. 2019.

PENA, M. D. C. Acompanhamento de egressos: uma análise conceitual e sua aplicação no âmbito educacional brasileiro. **Educação & Tecnologia**, [s. l.], v. 5, n. 2, p. 25-30, dez. 2000. ISSN 2317-7756. Disponível em: <https://seer.dppg.cefetmg.br/index.php/revista-et/article/view/6>. Acesso em: 23 out. 2019.

PEREIRA, A. Avaliação e reformulação de currículo: relações que se (des)encontram na prática. **Revista E-Curriculum**, [s. l.], v. 15, n. 2, p. 293-324, 30 jun. 2017. Portal de Revistas PUC SP. DOI: <http://dx.doi.org/10.23925/1809-3876.2017v15i2p293-324>. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/curriculum/article/view/13597/23097>. Acesso em: 02 out. 2020.

RAMOS, M. Reforma da educação profissional: contradições na disputa por hegemonia no regime de acumulação flexível. **Trabalho, Educação e Saúde**, [s. l.], v. 5, n. 3, p. 545-558, nov. 2007. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/s1981-77462007000300013>. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/tes/v5n3/13.pdf>. Acesso em: 14 nov. 2019.

RAMOS, M. Filosofia da práxis e práticas pedagógicas de formação de trabalhadores. **Trabalho & Educação**, Belo Horizonte, v. 23, n.1, p. 207-218, jan./abr. 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/trabedu/article/view/9306/6682>. Acesso em: 12 jan. 2021.

RIBEIRO, M. S. **Desafios à construção de uma escola unitária**: a implantação do ensino médio integrado à educação profissional no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense Campus de Concórdia. 2011. 160 f. + CD-ROM. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Oeste de Santa Catarina, Joaçaba-SC, 2011. Disponível em: <http://pergamum.unoesc.edu.br/pergamumweb/vinculos/000017/00001760.pdf>.

Acesso em: 30 dez. 2019.

RIZZATTI, I. M. *et al.* Os produtos e processos educacionais dos programas de pós-graduação profissionais: proposições de um grupo de colaboradores. **ACTIO**, Curitiba, v. 5, n. 2, p. 1-17, maio/ago. 2020. Disponível em: <https://periodicos.utfpr.edu.br/actio/article/view/12657/7658>. Acesso em: 23 nov. 2020.

SACRISTÁN, J. G. **O currículo**: uma reflexão sobre a prática. Porto Alegre: Artmed, 2000.

SAKR, M. R.; VIEIRA, A. M. D. P. O núcleo docente estruturante (NDE): a experiência de uma instituição brasileira de educação superior. **Revista Iberoamericana de Evaluación Educativa**, Madri, v. 12, n. 2, p. 179-192, mar. 2019. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=7114189>. Acesso em: 11 fev. 2021.

SALES, C. V.; VASCONCELOS, M. A. D. M. Ensino Médio Integrado e Juventudes: desafios e projetos de futuro. **Educação & Realidade**, [s. l.], v. 41, n. 1, p. 69-90, mar. 2016. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/2175-623656094>. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/edreal/v41n1/2175-6236-edreal-41-01-00069.pdf>. Acesso em: 16 out. 2019.

SANTOS, M. A. *et al.* Memória IFC Campus Concórdia: 50 anos de registros e relatos. In: MOSTRA NACIONAL DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA INTERDISCIPLINAR, 8., 2015, Santa Rosa do Sul. **Anais** [...]. Santa Rosa do Sul: IFC, 2015. Disponível em: <http://eventos.ifc.edu.br/wp-content/uploads/sites/5/2015/10/MEM%C3%93RIA-IFC-CAMPUS-CONC%C3%93RDIA-50-ANOS-DE-REGISTROS-E-RELATOS.pdf>. Acesso em: 25 set. 2019.

SAVIANI, D. A Pedagogia Histórico-Crítica. **Revista RBBA**, Vitória da Conquista, v. 3, n. 2, p. 11-36, 2014. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4430728/mod_resource/content/1/4%20-%20SAVIANI%2C%20D.%20A%20pedagogia%20hist%C3%B3rico-cr%C3%ADtica..pdf. Acesso em: 27 jun. 2020.

SOUZA, J. S. Mediação entre a escola e o novo mundo do trabalho na formação de técnicos de nível médio. **Trabalho, Educação e Saúde**, [s. l.], v. 16, n. 1, p. 123-140, abr. 2018. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1981-7746-sol00095>. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/tes/v16n1/1678-1007-tes-16-01-0123.pdf>. Acesso em: 11 out. 2019.

VIEIRA, A.; SOUZA JR., A. A Educação profissional no Brasil. **Interacções**, Santarém, v. 12, n. 40, p. 152-169, 2016. Disponível em: <https://revistas.rcaap.pt/interaccoes/article/view/10691>. Acesso em: 25 set. 2019.

ZABALA, A. **A prática educativa**: como ensinar. Porto Alegre: ArtMed, 1998.

APÊNDICE A – PRODUTO EDUCACIONAL

A partir do desenvolvimento da pesquisa intitulada “Egressos e NDB em diálogo: o acompanhamento de egressos como subsídio em processos de reformulação de cursos de Ensino Médio Integrado do Instituto Federal Catarinense – *Campus Concórdia*” vinculada ao Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT), construiu-se o produto educacional “Tutorial de Utilização de Informações de e sobre Egressos para o Acompanhamento, Avaliação e Reformulação de Cursos de Ensino Médio Integrado”.

O produto educacional produzido, se enquadra na categoria de material textual da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). A sua finalidade é apresentar ferramentas e dados de e sobre egressos do IFC e sugerir um diálogo contínuo entre os cursos de Ensino Médio Integrado e seus egressos através do Núcleo Docente Básico (NDB), órgão do curso que discute, propõe e atua constantemente nos seus processos de atualização e acompanhamento.

A base teórica na qual o produto se sustenta parte da concepção de Ensino Médio Integrado como travessia para uma formação humana integral (MOURA, 2013) e, também, da pedagogia histórico-crítica, que defende o papel da escola como instrumento de acesso que o filho da classe trabalhadora possui ao saber elaborado (SAVIANI, 2014). Assim sendo, e entendendo o currículo como construção social, que sofre a interferência de diversos subsistemas (SACRISTÁN, 2000), o produto traz o egresso como um elemento que não pode ser desconsiderado no acompanhamento do curso (ESPARTEL, 2009).

Nesse sentido, entendendo o NDB como um espaço onde os docentes e coordenação atuam no acompanhamento do curso, o tutorial pode ser considerado, indiretamente, um instrumento de auxílio ao ensino. Desse modo, no campo da Educação Profissional e Tecnológica (EPT) esse produto contribui no sentido de ser um instrumento para subsidiar as decisões do grupo que pensa e discute o currículo do Ensino Médio Integrado. Acrescenta-se assim, a partir do tutorial, de forma sistematizada, o egresso como um novo elemento a ser ouvido e analisado em processos de formulação e reformulação curricular dessa modalidade de EPT que, como já mencionado, se propõe ser a travessia para a formação humana integral.

A construção do produto ocorreu de forma dialogada e colaborativa, a partir das contribuições, sugestões e necessidades apontadas pelos servidores membros dos NDBs de três cursos de Ensino Médio Integrado do Instituto Federal Catarinense – *Campus Concórdia*, durante as entrevistas semiestruturadas, utilizadas como uma das estratégias para construção de dados dessa pesquisa. A aplicação também aconteceu seguindo essa linha dialógica, o produto foi aplicado com esses mesmos servidores. Neste segundo momento, foi possível identificar fragilidades e potencialidades no instrumento elaborado, foram percebidos pontos a serem melhorados e modificados para que de fato esse instrumento pudesse contribuir para o aproveitamento das informações oriundas dos egressos nos processos de melhoria contínua dos cursos técnicos integrados e seus currículos, na perspectiva de o produto incentivar o Núcleo Docente Básico a manter um diálogo contínuo com os egressos.

Link para o produto educacional: Disponível no repositório EDUCAPES.

ISBN: 978-65-00-25601-7



CBL



**TUTORIAL DE
UTILIZAÇÃO DE
INFORMAÇÕES DE E
SOBRE EGRESSOS
PARA O
ACOMPANHAMENTO,
AVALIAÇÃO E
REFORMULAÇÃO DE
CURSOS DE ENSINO
MÉDIO INTEGRADO**



Alessandra Nitschke

Reginaldo Leandro
Plácido

PROFEPT

MESTRADO PROFISSIONAL EM
EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

INSTITUTO FEDERAL
Catarinense

N732t

Nitschke, Alessandra.

Tutorial de utilização de informações de e sobre egressos para o acompanhamento, avaliação e reformulação de cursos de ensino médio integrado / Alessandra Nitschke, Reginaldo Leandro Plácido - Blumenau, 2021.

25 p.: il., color.

Formato: E-book

ISBN: 978-65-00-25601-7

Produto Educacional (Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica) – Instituto Federal Catarinense, Blumenau, 2021.

Orientador: Prof. Dr. Reginaldo Leandro Plácido

1. Educação Profissional e Tecnológica. 2. Ensino Médio Integrado. 3. Egressos. 4. Núcleo Docente Básico. 5. Currículo. I. Plácido, Reginaldo Leandro. II. Instituto Federal Catarinense. III. Título.

CDD 375

Ficha catalográfica elaborada pela bibliotecária: Shyrlei K. Jagielski Benkendorf – CRB 14/662

DESCRIÇÃO TÉCNICA DO PRODUTO

Nível de ensino a que se destina: Ensino Médio Integrado (EMI) à Educação Profissional e Tecnológica (EPT).

Área de conhecimento: Ensino.

Público-alvo: Docentes membros de Núcleos Docentes Básicos (NDBs) de cursos de EMI.

Categoria deste produto: Material Textual.

Finalidade: Orientação aos NDBs.

Registro do produto: Biblioteca do Instituto Federal Catarinense (IFC), *campus* Blumenau.

Avaliação do produto: O produto foi aprovado pelos professores componentes da banca de defesa do mestrado ProfEPT. Ele também foi avaliado e validado através de formulário eletrônico, enviado à 9 docentes membros dos NDBs dos cursos de EMI do IFC – *campus* Concórdia no período de 04 a 12 de fevereiro de 2021.

Disponibilidade: Irrestrita, garantindo-se o respeito de direitos autorais, não sendo permitida a comercialização.

Divulgação: Digital.

Instituição envolvida: Instituto Federal Catarinense (IFC).

URL: Produto acessível no repositório da EduCapes.

Idioma: Português.

Cidade: Blumenau.

País: Brasil.

APRESENTAÇÃO

Este tutorial caracteriza-se como produto educacional e foi construído com base nos anseios, demandas e sugestões que os representantes dos Núcleos Docentes Básicos (NDBs) apresentaram durante a pesquisa vinculada ao mestrado profissional em educação profissional e tecnológica (ProfEPT) intitulada “Egressos e NDB em diálogo: o acompanhamento de egressos como subsídio em processos de reformulação de cursos de Ensino Médio Integrado do Instituto Federal Catarinense - Campus Concórdia”, também se tomou como base as normativas e resoluções institucionais.

Visa apresentar o que já existe de ferramentas e dados de e sobre egressos e sugere um diálogo contínuo entre os cursos de Ensino Médio Integrado e seus egressos através do NDB, que é o órgão do curso, no IFC, que discute, propõe e atua constantemente nos processos de atualização e acompanhamento.

Boa Leitura!



PARA COMEÇO DE
CONVERSA...

O QUE SIGNIFICA EGRESSO?

“Serão considerados egressos os alunos que efetivamente concluíram os estudos regulares previstos nos projetos pedagógicos de cada curso (PPC) e estão aptos a receberem ou já receberam o diploma e/ou certificado dos cursos [...]” (IFC, 2020, p. 1).

DO QUE SE TRATA O ENSINO MÉDIO INTEGRADO?

Sob uma dimensão conceitual, refere-se à concepção de educação que visa a formação integral do ser humano e estabelece o trabalho como princípio educativo, pressupondo a integração entre dimensões fundamentais da vida (ciência, tecnologia, cultura e trabalho), num processo formativo que possibilite o acesso aos conhecimentos produzidos histórica e coletivamente pela humanidade, bem como aos meios necessários à produção da existência e à emancipação dos e das estudantes. Nesse sentido, o EMI é uma modalidade de ensino que parte da indissociabilidade entre educação e prática social, não desvinculando o "saber fazer" do "saber pensar", e assume a pesquisa como princípio pedagógico, visando a produção de conhecimentos e a intervenção social (<https://www.glossariodaept.com/emi>).

QUAL O PERFIL DO EGRESSO DO ENSINO MÉDIO INTEGRADO DO IFC?

Possui formação profissional integrada ao Ensino Médio, ou seja, formação humanística e cultural integrada à formação técnica, tecnológica e científica. Pautado pelos princípios da democracia, da autonomia e da participação crítica e cidadã, que o egresso está habilitado a compreender que a formação humana e cidadã precede a qualificação técnica para o mundo do trabalho. Além disso, o profissional egresso do IFC será capaz de:

Desenvolver competências técnica e tecnológica em sua área de atuação e ser capaz de entender as relações próprias do mundo do trabalho, fazendo escolhas alinhadas ao exercício da cidadania e ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade;

Continuar aprendendo e recorrer à abordagem própria das ciências, incluindo a investigação, a reflexão, a análise crítica, a imaginação e a criatividade, para investigar causas, elaborar e testar hipóteses, formular e resolver problemas e criar soluções (inclusive tecnológicas), assim como inovações, com base nos conhecimentos das diferentes áreas;

Agir pessoal e coletivamente com autonomia, tomando decisões com base em princípios éticos e de maneira solidária, inclusiva e sustentável;

Saber interagir e aprimorar continuamente seus aprendizados a partir da convivência democrática com culturas, modos de ser e pontos de vista divergentes;

Exercitar a cidadania de forma crítica, dinâmica e empática, promovendo o respeito ao outro e aos direitos humanos, sem preconceitos de qualquer natureza.

**EXISTE ALGUMA
REGULAMENTAÇÃO SOBRE
ACOMPANHAMENTO DE
EGRESSOS NO INSTITUTO
FEDERAL CATARINENSE?**

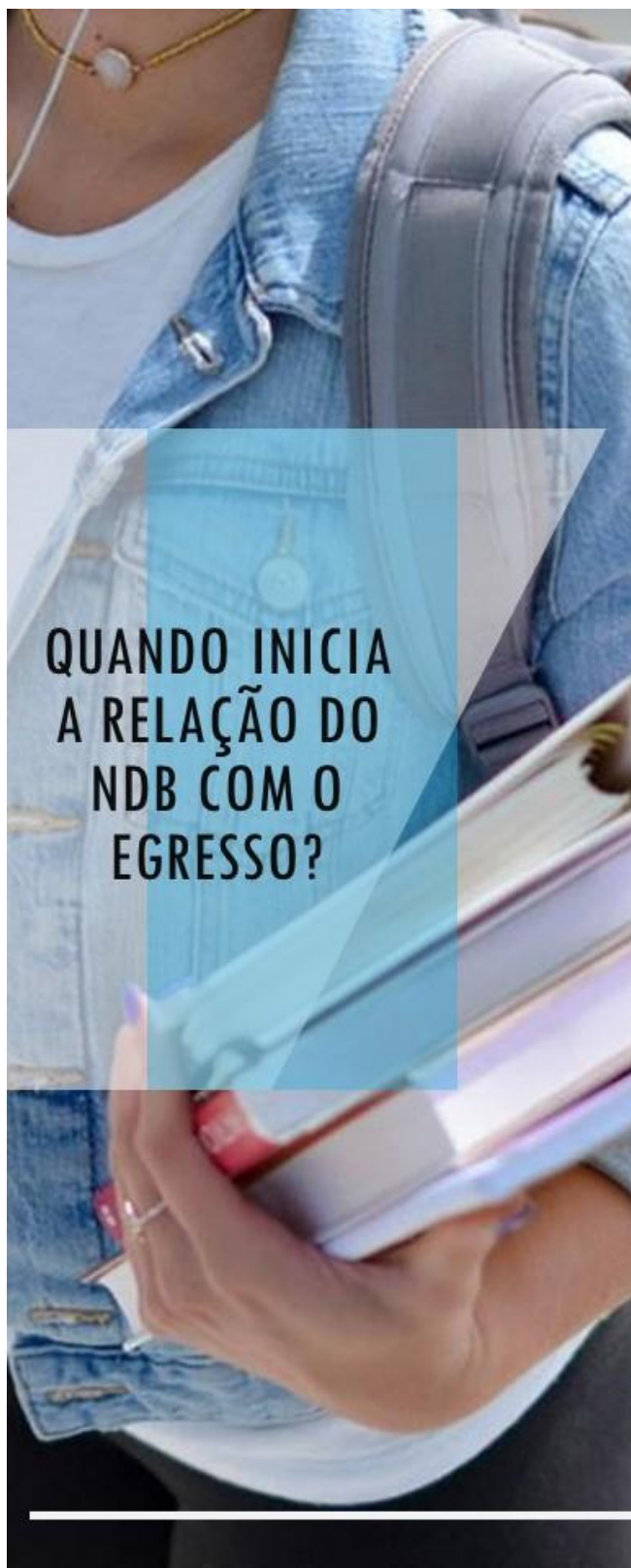
Sim, a resolução nº 008 CONSUPER/2020, aprova a política institucional e regulamenta as atividades e os procedimentos gerais do Programa de Acompanhamento dos Egressos - IFC-PróEgresso no âmbito do IFC .

SAIBA MAIS

MAS O QUE O NDB TEM A VER COM ISSO?

No Instituto Federal Catarinense, cada curso técnico integrado ao Ensino Médio possui, além do colegiado, o Núcleo Docente Básico (NDB), que é o órgão que discute, propõe e atua constantemente nos processos de atualização e acompanhamento do curso.

Desse modo, entende-se que o egresso pode ser um subsídio importante nesses processos em que o NDB atua, em especial nas reformulações curriculares. Esse sujeito representa, de certa forma, o resultado materializado do currículo.



QUANDO INICIA A RELAÇÃO DO NDB COM O EGRESSO?

A relação de comprometimento do curso com o egresso não inicia quando ele sai, e sim quando ele **entra** no curso.

Desde o primeiro ano é importante que sejam trazidos egressos para interagir com os estudantes ingressantes, para que estes percebam como são contadas suas experiências e histórias de vida em palestras, mostras e oficinas promovidas pela instituição e pelos cursos em parceria com os NDBs, promovendo assim, nos estudantes, a visão de que a relação com a instituição é contínua e não termina quando ele recebe o diploma.

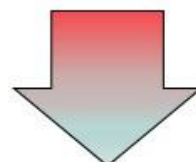
No terceiro ano, antes da conclusão do curso, a coordenação de egressos do campus promoverá uma ação com os formandos, em que pode-se estabelecer uma parceria com as coordenações de curso e NDBs, para fazer a divulgação do funcionamento do portal de egressos institucional. Nesse momento o estudante preencherá um questionário e também atualizará seus dados no Sistema Acadêmico (SIGAA).

Essa ação objetiva que os estudantes se familiarizem com o portal, além de informá-los de que a instituição poderá entrar em contato em outros momentos após a conclusão do curso, havendo a necessidade de que eles mantenham seus dados atualizados.

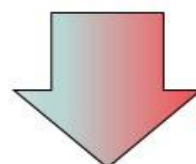


Está acessível e público, para o NDB acessar, o portal de egressos:

Acesse:
<https://egressos.ifc.edu.br/>




Menu
[Egressos por curso e *campus*](#)





Configure os parâmetros de busca e clique em buscar

Para o Ensino Médio Integrado, está disponível a lista de egressos a partir do ano de 2019 com matrícula, nome, curso, unidade, ano/período de ingresso e ano/período de conclusão.

O e-mail egressos.concordia@ifc.edu.br é o canal oficial de comunicação com o setor responsável pelos egressos no *campus*.

 É possível solicitar o acesso a planilhas de dados de egressos com informações de contato e acesso às informações obtidas através dos formulários que os estudantes e egressos preenchem.





Que tal o NDB, de posse desses contatos, criar um canal de comunicação com os egressos para estreitar o vínculo?

Sugere-se que seja um grupo em um aplicativo de mensagens instantâneas, alguma rede social ou outra ferramenta que viabilize essa comunicação!

Através do e-mail egressos.concordia@ifc.edu.br também é possível enviar informações a respeito de vagas de trabalho que, eventualmente, sejam informadas aos docentes do curso. O cadastro dessa vaga é feita no portal de egressos pela coordenação de extensão e o egresso pode acessar através do menu:

Oportunidades de estágio e
emprego

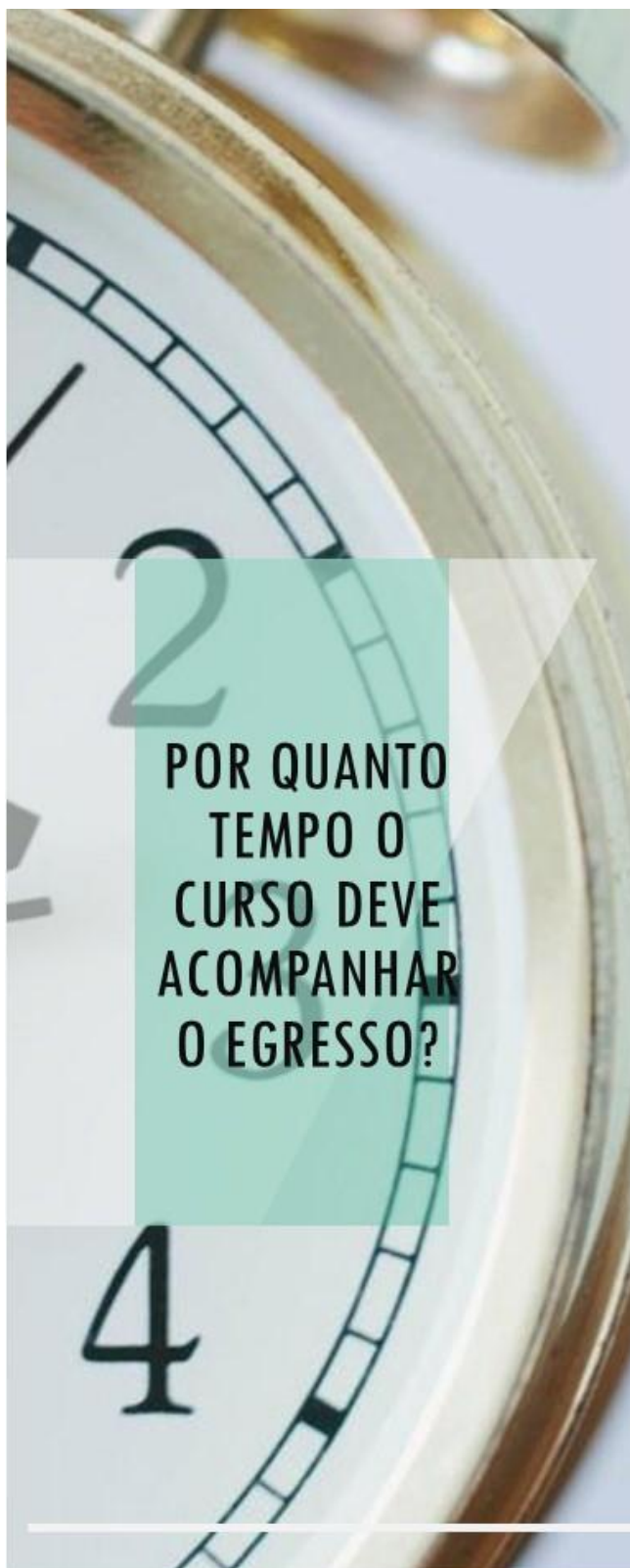
A divulgação desse portal de oportunidades também pode ser feita pelas redes sociais oficiais do IFC, para dar mais visibilidade!

Encontro de ex-alunos e ex-servidores

Já existe uma tradição no IFC-*Campus* Concórdia de bianualmente promover um encontro de ex-alunos e ex-servidores, além de a resolução 008/2020 (IFC, 2020) também prever essa ação. Deste modo, é importante que os NDBs participem desses encontros a fim de viabilizar a aproximação e fortalecer a comunicação com os egressos.



**CLIQUE NA
IMAGEM PARA
VER FOTOS DO
ENCONTRO DE
2018**



2 POR QUANTO TEMPO O CURSO DEVE ACOMPANHAR O EGRESSO?

Tem-se clareza de que acompanhamento de egressos não se trata somente de questionários respondidos, pois envolve uma série de atividades já mencionadas. Porém quando se trata do questionário, é necessário estabelecer alguns prazos. De acordo com o fluxo elaborado pela Pró-Reitoria de Extensão (<https://egressos.ifc.edu.br/fluxos/>)

será aplicado um questionário para acompanhamento dos formados/egressos após **6 meses** de formatura.

O artigo 30 da resolução 008/2020 menciona que, após o terceiro ano da conclusão do curso, a pesquisa institucional com egressos prosseguirá anualmente de acordo com a gestão acadêmica e administrativa do IFC.

Em relação ao Ensino Médio Integrado, as necessidades apontadas pelos membros dos NDBs variam entre 1 ano e fluxo contínuo, com a maioria apontando para um tempo mínimo de acompanhamento por volta de 10 anos.

Sugere-se que, para o EMI, o **questionário** de acompanhamento seja aplicado nos seguintes períodos após a conclusão do curso:

6 meses

Possibilita identificar impressões e informações iniciais e pontuais sobre questões do curso a serem repensadas



3 anos

Esse período de tempo permite perceber como o curso influenciou a vida dos egressos nos primeiros anos após sua conclusão



5 anos

Tempo necessário para conclusão de uma graduação e eventual ingresso no mundo do trabalho



10 anos

Possibilita verificar a conclusão de cursos de pós graduação em nível de mestrado e doutorado, além de ser um tempo considerável para perceber a inserção social do egresso e sua atuação no mundo do trabalho



O QUE PERGUNTAR?

A resolução 008/2020 menciona uma série de dimensões a serem avaliadas. Entretanto, apresentam-se aqui as informações apontadas pelos NDBs como sendo fundamentais para o acompanhamento e avaliação dos cursos. Consideram-se informações **DE EGRESSOS** aquelas que o egresso traz a respeito do curso e **SOBRE EGRESSOS** aquelas referentes à sua trajetória individual.

INFORMAÇÕES SOBRE EGRESSOS

Onde o egresso está?

Itinerário Formativo.

A verticalização está
acontecendo?

Parou de estudar? Por quê?

Quais são as demandas do
mundo do trabalho?

Quais áreas estão sendo mais
procuradas pelos egressos?

Os egressos oriundos da
Agricultura Familiar retornam
para a propriedade dos pais?

INFORMAÇÕES DE EGRESSOS

Qual a percepção em relação ao curso?

A carga horária das atividades práticas é adequada?

Qual é a importância do estágio?

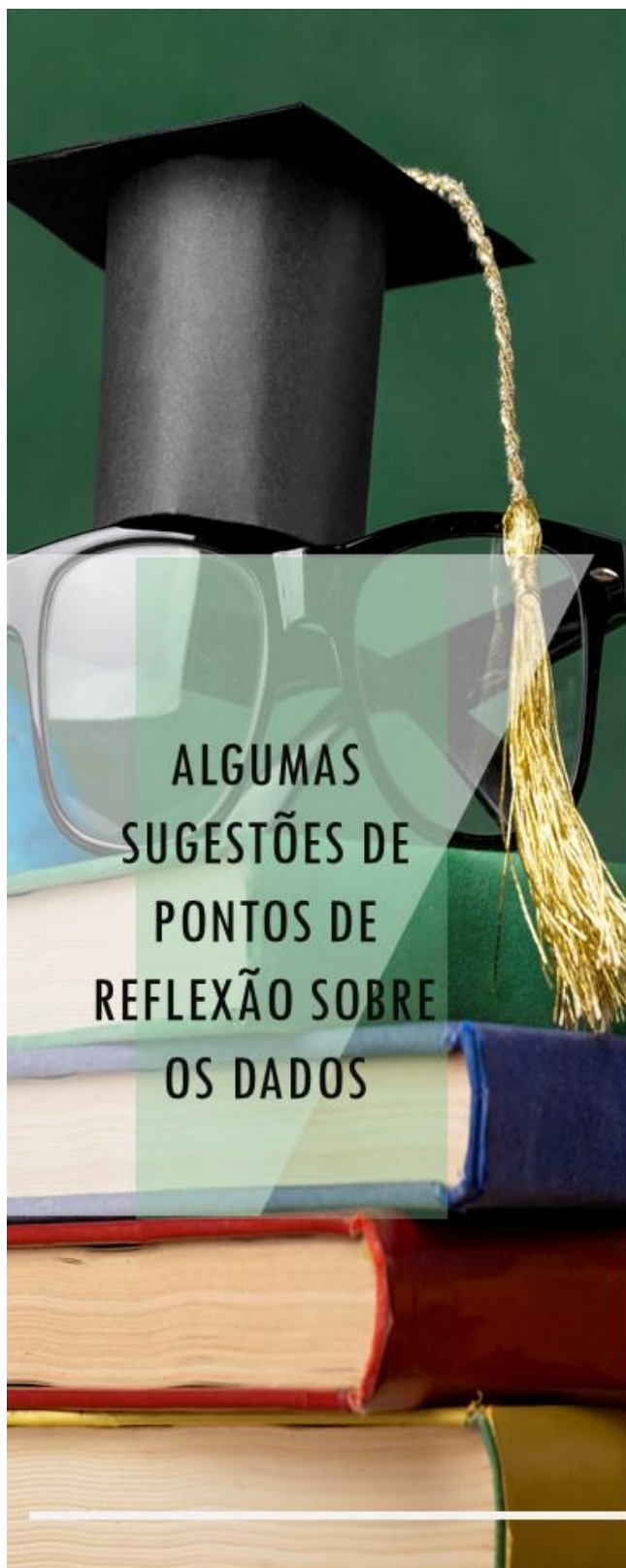
Qual é o melhor período para realizar o estágio? No final do curso? Nas férias? Outra sugestão.

A quantidade de palestras, feiras e cursos realizados durante o curso é adequada?

Pontos Positivos e Negativos do Curso, o que pode ser feito diferente?

A curricularização da Pesquisa e da Extensão contribui de fato?

Os alojamentos são importantes?



A partir das entrevistas foi possível categorizar três dimensões de reflexões que não podem deixar de ser abordadas. São sugestões que não se esgotam aqui, pelo contrário, servem como ponto de partida para fomentar o debate e instigar outros pontos de reflexão.

A localização geográfica do sujeito é importante para entender o alcance do curso

Essa dimensão permite a reflexão a respeito dos arranjos produtivos locais. É possível que se constate que a maioria dos egressos não fica na região do curso e o curso esteja voltado demasiadamente para esse aspecto. Ou, pelo contrário, pode ser que a maioria dos egressos permaneça na região e o curso não esteja contemplando os arranjos locais. Ou ainda, pode-se perceber que a estrutura do curso está adequada à região para a qual o egresso está se posicionando. O importante é que esse ponto seja pensado e discutido.

O que o mundo do trabalho nos diz?

Necessidade do curso conhecer e estar a par do que está acontecendo nas empresas, nas indústrias, nas propriedades rurais, no mundo do trabalho de modo geral. Entretanto, procurando sempre refletir de forma ampla, tendo a clareza de que nós não formamos funcionários para esta ou para aquela empresa.

Reestruturação Curricular

A partir dos egressos é possível verificar situações no curso que deram certo, que não deram, projetos a serem continuados, outros a serem descontinuados, pequenas mudanças. Além disso, a sistematização do trabalho com egressos abre um campo de diálogo com outros *campus*.



É NECESSÁRIO

vamos começar?

Checklist anual das ações desenvolvidas:

- ESTUDANTES FORMANDOS PREENCHERAM O FORMULÁRIO E ATUALIZARAM OS DADOS
- A LISTA DE DADOS E CONTATOS DOS EGRESSOS ESTÁ DISPONÍVEL AO NDB
- EGRESSOS DE 6 MESES, 5 ANOS E 10 ANOS RESPONDERAM O QUESTIONÁRIO
- SISTEMATIZAÇÃO, SEPARADA POR ANO, DOS DADOS COLETADOS ATRAVÉS DOS QUESTIONÁRIOS
- REGISTROS DAS INFORMAÇÕES OBTIDAS NO ENCONTRO BIANUAL
- REGISTRO DOS EGRESSOS QUE REALIZARAM PALESTRAS E CURSOS NO CAMPUS
- REALIZAÇÃO DE UMA REUNIÃO ANUAL DO NDB PARA DISCUTIR QUESTÕES RELACIONADAS AOS EGRESSOS
- PUBLICAÇÃO, NO SITE DO CURSO, DOS DADOS E AÇÕES ANUAIS



COMO DAR CONTINUIDADE?

Esse tutorial aspira oferecer um direcionamento inicial para criar uma cultura de acompanhamento de egressos nos cursos de Ensino Médio Integrado, pretendendo dar início a uma relação entre NDB e Egressos.

A pesquisa que originou esse tutorial apontou que existe uma preocupação com os egressos, entretanto não se tem uma sistematização das ações que são realizadas ou que precisam ser realizadas.

Desse modo, é importante que o curso, através do NDB e em parceria com a coordenação de Egressos se comprometa em efetivar, anualmente, as ações propostas, e aos poucos, será construída uma sistematização de dados, informações e reflexões que permitirão, tanto estreitar o vínculo dos egressos com o curso e aumentar a visibilidade do curso através dos seus egressos, como também contribuir nos processos de avaliação, acompanhamento e reformulação dos cursos.



INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE (IFC). Resolução nº 008 – CONSUPER/2020. 2020. Disponível em: <http://consuper.ifc.edu.br/wp-content/uploads/sites/14/2020/01/Resolu%C3%A7%C3%A3o-008.2020-Anexo.pdf>. Acesso em: 30 mar. 2020.



Fontes das Imagens:
<https://templates.office.com/PT-BR/apresenta%C3%A7%C3%A3o-did%C3%A1tica-TM00475556>

<https://br.freepik.com/>

<https://canva.com/>

APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTA COM MEMBROS DOS NDBS

1. Conte-nos um pouco sobre a sua trajetória acadêmica e profissional e também há quanto tempo atua no IFC e os cursos com os quais trabalha.
2. Qual é a diferença e semelhança entre o NDB e o Colegiado do curso?
3. Há quanto tempo você é membro do NDB desse curso?
4. Fale um pouco sobre o trabalho do NDB na prática, quais são as atividades realizadas, as decisões, os processos? Periodicidade das reuniões (tem calendário ou é conforme demanda)
5. Como a coordenação realiza o acompanhamento e avaliação do curso junto com o NDB?
6. Você pode falar um pouco sobre o processo de autoavaliação do curso e qual a participação do NDB nesse processo?
7. Você sabe se é utilizado um instrumento de autoavaliação? Em caso afirmativo que tipo de instrumento é utilizado?
8. Você sabe quem participa da autoavaliação, quais são as dimensões avaliadas e quem avalia?
9. O NDB faz a consulta de informações sobre egressos nessa autoavaliação? Existe preocupação do NDB em refletir sobre o que os egressos pensam e opinam sobre o curso? (se sim, como é feito esse acompanhamento, se não, porque não é feito?)
10. Você considera importante consultar os egressos nesse processo de autoavaliação? Na sua perspectiva quais as contribuições que eles trazem?
11. Você considera interessante pro NDB ter um local com as informações dos egressos sistematizadas?
12. Como vocês trabalhariam com essas informações?
13. Considerando que hoje esse local não existe então o NDB não vai se preocupar com isso pra pensar o curso?
14. Então de que maneira isso poderia ser feito?

15. O que precisaria ter numa ferramenta com a proposta de contribuir com o curso nesse sentido de se apropriar das informações dos egressos pra pensar o curso?

16. Em sua opinião o que diferencia um egresso do ensino médio integrado de um egresso de um curso de ensino médio propedêutico e de um curso técnico concomitante ou subsequente?

APÊNDICE C – QUESTIONÁRIO DE AVALIAÇÃO DO PRODUTO EDUCACIONAL

Olá, Professor(a),

Após a aplicação do produto educacional "Tutorial de Utilização de Informações de e sobre Egressos em Processos de Acompanhamento, Avaliação e Reformulação de Cursos de Ensino Médio Integrado", solicito novamente a sua gentil contribuição para responder ao questionário de avaliação do produto.

1. Assinale o seu nível de concordância com cada afirmação abaixo.

O tutorial apresenta uma organização estética visualmente atrativa e de fácil compreensão.

Apresenta capítulos interligados e coerentes.

Apresenta conceitos e argumentos claros.

O conteúdo do material apresenta potencial para auxiliar o NDB na sua atuação frente ao curso.

As atividades propostas no tutorial colaboram com o debate e contribuem para que as informações vindas do egresso sejam consideradas nas reestruturações curriculares do curso.

Estimula a criticidade e a reflexão sobre a função do ensino médio integrado.

2. Utilize esse espaço para deixar seu comentário sobre alguma questão em específico, ou então fazer sugestões, elogios ou críticas sobre esse material.

APÊNDICE D – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – SERVIDORES

TERMO DE CONSENTIMENTO – SERVIDORES PERTENCENTES AOS NÚCLEOS DOCENTES BÁSICOS DOS CURSOS TÉCNICOS INTEGRADOS AO ENSINO MÉDIO DO INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE – CAMPUS CONCÓRDIA

EGRESSOS E NDB: EM DIÁLOGO
ACOMPANHAMENTO DE EGRESSOS DOS CURSOS TÉCNICOS INTEGRADOS
AO ENSINO MÉDIO DO INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE – CAMPUS
CONCÓRDIA

Prezado(a) Servidor(a) _____, você está sendo convidado(a) a participar da pesquisa intitulada “Egressos e NDB: em diálogo, acompanhamento de egressos dos cursos técnicos integrados ao ensino médio do Instituto Federal Catarinense – *Campus* Concórdia”, desenvolvida por Alessandra Nitschke, discente do curso de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT) do Instituto Federal Catarinense (IFC) *Campus* Blumenau, sob orientação do Professor Doutor Reginaldo Leandro Plácido e autorizada pelo Comitê de Ética em Pesquisa do IFC (CEPSH).

A pesquisa tem como objetivo compreender de que forma o NDB utiliza as informações dos egressos no processo de avaliação e acompanhamento dos cursos técnicos integrados ao ensino médio do Instituto Federal Catarinense – *Campus* Concórdia. Justifica-se em virtude da necessidade de o Instituto Federal Catarinense consolidar ações de acompanhamento de egressos, revertendo-se de particular importância buscar mecanismos que contribuam para manter um elo entre a instituição e os estudantes após a conclusão do curso. Nesse sentido, melhorias na instituição em geral e nos cursos de ensino médio integrado em específico podem ser vislumbradas a partir da contribuição desses estudantes para as ações dos NDBs.

Você foi selecionado(a) por ser membro do Núcleo Docente Básico (NDB) de um dos cursos de ensino médio integrado à educação profissional do *campus* Concórdia e sua participação consistirá em participar da entrevista semiestruturada utilizada como instrumento de coleta de dados desta pesquisa. Além desse momento, sua participação se complementa ao responder o questionário que será enviado posteriormente ao seu e-mail com o fim de avaliar material construído como produto educacional resultante desta pesquisa.

Ciente de que a participação na pesquisa pode trazer alguns riscos, tais

como: invasão de privacidade; discriminação e estigmatização a partir do conteúdo revelado; tomar o seu tempo ao participar da entrevista e ao responder ao questionário; divulgação de imagens ou falas, caso as gravações da entrevista sejam acessadas por terceiros que não a pesquisadora, o que ocorreria no caso de perda ou roubo dos equipamentos utilizados, como pesquisadora me comprometo a minimizá-los ao máximo.

Buscarei garantir o acesso aos resultados individuais e coletivos; minimizar desconfortos, garantindo liberdade para não responder questões constrangedoras; assegurar a confidencialidade e a privacidade, a proteção da imagem e a não estigmatização, garantindo a não utilização das informações em prejuízo das pessoas, inclusive em termos de autoestima, de prestígio e/ou econômico – financeiro. Evitarei cuidadosamente perda ou roubo do material de gravação. Estarei atenta aos sinais verbais e não verbais de desconforto, assim como garanto que estou habilitada para trabalhar com este método de coleta de dados. Além do mais, buscarei garantir que seja indenizado por eventual dano decorrente da pesquisa, nos termos da Lei e o ressarcimento das despesas diretamente decorrentes de sua participação na pesquisa.

Os benefícios relacionados com a participação nesta pesquisa serão indiretos, as informações coletadas fornecerão subsídios para as ações que devem ser implementadas pela instituição para o acompanhamento de egressos.

Sua participação é extremamente importante, mas deixo claro que você tem plena autonomia para decidir se quer ou não participar, bem como desistir da colaboração neste estudo no momento em que desejar, sem necessidade de qualquer explicação e sem nenhuma forma de penalização. Também não sofrerá nenhum prejuízo caso decida não participar, ou desistir da mesma. No entanto, ressalto que sua participação é muito importante para o andamento desta pesquisa e gostaria de poder contar com a sua colaboração.

Gostaria de deixar claro que a sua participação é totalmente voluntária, você não receberá remuneração e nenhum tipo de recompensa e que a instituição está ciente da pesquisa e autorizou sua realização. Portanto, não haverá nenhum tipo de cobrança da instituição em relação à sua participação.

Esta pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (CEPSH) do Instituto Federal Catarinense (IFC). O Comitê tem por objetivo assegurar os interesses dos sujeitos participantes de pesquisas científicas, em sua

integridade e dignidade. Caso persistam dúvidas, sugestões e/ou denúncias após os esclarecimentos dados pela equipe científica desta pesquisa, o Comitê estará disponível para atendê-lo. O CEPESH do IFC está localizado no IFC- *Campus* Camboriú, atendendo pelo telefone (47) 2104-0882 e endereço eletrônico cepsh@ifc.edu.br.

A qualquer momento, durante ou depois da pesquisa, você poderá solicitar informações, o que poderá ser feito através dos meios de contato que estão a seguir. Os resultados da pesquisa darão origem a um artigo e a um produto educacional que será apresentado no programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica – Mestrado Profissional (ProfEPT), do Instituto Federal Catarinense como requisito para conclusão do mesmo e ficarão à disposição da Instituição.

Caso concorde com a participação nesta pesquisa, uma via deste termo assinada pelo participante e pela pesquisadora responsável, será entregue a você e a outra será entregue à pesquisadora.

Desde já agradecemos sua participação!

Nome completo:

Assinatura:

Assinatura do Pesquisador Responsável
Alessandra Nitschke
Email: alessandra.nitschke@ifc.edu.br

Endereço para correspondência:
Instituto Federal Catarinense – *Campus* Concórdia.
Rodovia SC 283 - km 17 - CEP 89703-720
Concórdia - SC - Fone (49) 3441-4800

Em caso de dúvida quanto à condução ética do estudo, entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa do IFC:
Fone: (47) 2104-0882
e-mail: cepsh@ifc.edu.br

APÊNDICE E – DOCUMENTOS CONSULTADOS NA PESQUISA DOCUMENTAL

- Portaria Normativa nº 002 CONSEPE, de 13 de agosto de 2018, trata das Diretrizes para Autoavaliação dos Cursos Técnicos do IFC;
- Resolução nº 008 COSUPER, de 14 de fevereiro de 2020, dispõe sobre a política institucional e regulamenta as atividades e os procedimentos gerais do Programa de Acompanhamento dos Egressos - IFC-PróEgresso no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense;
- Plano de Desenvolvimento Institucional 2019-2023 (IFC, 2019b).
- Portaria nº 200/2020 – IFC-CONCÓRDIA, constituição do NDB do curso Técnico em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio;
- Portaria nº 213/2020 – IFC-CONCÓRDIA, constituição do NDB do curso Técnico em Informática para Internet integrado ao Ensino Médio;
- Portaria nº 228/2020 – IFC-CONCÓRDIA, constituição do NDB do curso Técnico em Alimentos integrado ao Ensino Médio, alterada pela portaria 309/2020 – IFC – CONCÓRDIA;
- Súmula da 1ª capacitação/formação com os responsáveis pelos egressos nos campi realizada em 2020 pela Pró Reitoria de Extensão;
- Resolução Ad Referendum nº 023/Conselho Superior/18/12/2009;
- Resolução nº 084 – CONSUPER/2014 - Organização Didática dos Cursos Técnicos de Nível Médio do IFC;
- Resolução nº 010 CONSUPER/2021, de 31 de março de 2021, regulamenta a Organização Didática dos Cursos de Qualificação Profissional, Educação de Jovens e Adultos, Técnicos e de Ensino Superior do Instituto Federal Catarinense - IFC.

ANEXO A – CAPÍTULOS REFERENTE AO NDB NAS ORGANIZAÇÕES DIDÁTICAS

RESOLUÇÃO Nº 084– CONSUPER/2014 Dispõe sobre Organização Didática dos Cursos Técnicos de Nível Médio do IFC (Válida até 30 de março de 2021)

Disponível em: <http://secretaria.concordia.ifc.edu.br/wp-content/uploads/sites/11/2016/10/organizacao-didatica-cursos-tecnicos.pdf>

CAPÍTULO III DO NÚCLEO DOCENTE BÁSICO

Art.12. O Núcleo Docente Básico (NDB) é um órgão consultivo e propositivo com atribuições acadêmicas de acompanhamento, atuante no processo de concepção, consolidação e contínua atualização do projeto pedagógico do curso.

Art.13. Será criado um NDB para cada curso nas formas:

I – Integrada;

II – Concomitante e subsequente.

Parágrafo Único. Para os cursos ofertados que não se enquadram nas formas citadas anteriormente, fica a critério de cada câmpus, constituir um NDB por curso ou modalidade.

Art. 14. O NDB deverá ser composto, por no mínimo:

I – o Coordenador do Curso;

II – 03 (três) docentes pertencentes ao quadro efetivo do curso;

§1º. o NDB deverá ser assessorado por um servidor com formação na área pedagógica, que deverá ser indicado pelo NUPE.

§2º. Os câmpus terão autonomia para definir as estratégias de escolha dos integrantes do NDB e garantir sua permanência por no mínimo 2 (dois) anos, assegurando estratégias de renovação parcial dos integrantes.

§3º. O Coordenador do Curso presidirá o NDB, indicará um secretário e convocará reuniões extraordinárias.

Art. 15. São atribuições do NDB:

I – elaborar, implantar, supervisionar e consolidar o Projeto Pedagógico do Curso (PPC) em consonância com as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN), Catálogo Nacional dos Cursos Técnicos de Nível Médio (CNCT), Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), Projeto Político pedagógico Institucional (PPI) do IFC e legislações vigentes;

II – contribuir para a consolidação do perfil do egresso do curso;

III – zelar pela integração curricular interdisciplinar entre as diferentes atividades de ensino constantes no currículo;

IV – manter atualizadas as ementas, os conteúdos e as referências das componentes curriculares, com a participação dos respectivos docentes;

V – acompanhar todo processo didático-pedagógico, analisando os resultados do processo de ensino aprendizagem, observando o Projeto Pedagógico do Curso, fomentando discussões para revisão constante deste;

VI – incentivar a produção científica e tecnológica;

VII – manter articulação com outros setores do câmpus promovendo melhoria contínua do curso;

VIII – definir o calendário de reuniões;

IX – analisar e aprovar, em conjunto com o Coordenador de curso, os Planos de Ensino antes do início das aulas de acordo com calendário escolar;

Parágrafo Único. Nos cursos em que o número de docentes for insuficiente para a constituição das duas composições (NDB e Colegiado de Curso), o NDB será deliberativo.

Resolução nº 010 CONSUPER/2021 – Regulamenta a Organização Didática dos Cursos de Qualificação Profissional, Educação de Jovens e Adultos, Técnicos e de Ensino Superior do Instituto Federal Catarinense – IFC (Válida a partir de 31 de março de 2021)

Disponível em: https://consuper.ifc.edu.br/wp-content/uploads/sites/14/2020/12/ANEXO_-_Resoluo_n_010.2021__ORGANIZAO_DIDTICA_DOS_CURSOS_DO_IFC.pdf

CAPÍTULO II
DO NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE (NDE) E NÚCLEO DOCENTE BÁSICO (NDB)

Art. 84 O NDE (graduação) e o NDB (técnico e EJA-EPT) são órgãos propositivos, com responsabilidades acadêmicas de acompanhamento, atuante no processo de concepção, consolidação e contínua atualização do PPC.

§ 1º Para os cursos técnicos, deve ser constituído um NDB para cada forma de oferta existente no campus (integrado, concomitante e subsequente), podendo ser constituído um único NDB nos casos em que o número de docentes for insuficiente.

§ 2º São realizadas reuniões ordinárias do NDB/NDE mensalmente, conforme previsão no calendário acadêmico.

§ 3º As reuniões do NDB/NDE devem contar com presença de 50% (cinquenta por cento) mais um de seus membros e só podem decidir pauta após votação da maioria simples dos presentes.

§ 4º As reuniões extraordinárias são convocadas pelo presidente, ou por um terço de seus membros.

§ 5º Todas as reuniões de NDB/NDE devem ser registradas em ata, assinada por todos participantes da reunião e arquivadas na Coordenação de Curso.

§ 6º O NDE/NDB pode demandar assessoria do NUPE.

Art. 85 A constituição do NDE e NDB deve atender, no mínimo:

I - Coordenador do Curso, como presidente;

II - 5 (cinco) docentes efetivos, no mínimo, pertencentes ao corpo docente do curso;

§ 1º O NDB/NDE deve ter no mínimo 60% (sessenta por cento) de seus membros em regime de trabalho em dedicação exclusiva.

§ 2º Para o caso do NDE, levando em conta as avaliações institucionais organizadas pelo INEP, o núcleo deve ter pelo menos 60% (sessenta por cento) de seus membros com titulação acadêmica obtida em programas de Pós-graduação stricto sensu.

§ 3º Os campi têm autonomia para definir estratégias de escolha dos integrantes do NDE e NDB, devendo garantir permanência por no mínimo 2 (dois) anos e estratégias de renovação parcial dos integrantes.

§ 4º A constituição do NDE e NDB é formalizada mediante portaria específica emanada do Diretor Geral do campus, que explicitará o nome dos integrantes e vigência de

mandato.

§ 5º Perde o direito de representação o membro que não comparecer, sem justificativa legal, a três reuniões ordinárias consecutivas ou 5 reuniões ordinárias alternadas.

Art. 86 São atribuições do NDE e NDB:

I - elaborar, implantar, supervisionar, consolidar e propor alterações atualizações no Projeto Pedagógico do Curso (PPC) em consonância com a legislação educacional pertinente ao curso, PDI e PPI;

II - contribuir para a consolidação do perfil do egresso do curso;

III - zelar pela integração curricular interdisciplinar entre as diferentes atividades de ensino constantes na matriz curricular;

IV - propor formas de incentivo às ações relativas ao aperfeiçoamento, desenvolvimento e integração do ensino, pesquisa e extensão, oriundas de necessidades do curso, de exigências do mundo do trabalho e afinadas com as políticas públicas relativas à área de conhecimento do curso;

V - analisar e emitir parecer dos Planos de Ensino, considerando se estão em consonância com o PPC;

VI - acompanhar o processo didático-pedagógico, analisando os resultados de ensino e aprendizagem observando o PPC;

VII - estudar e apontar causas determinantes do baixo rendimento escolar e evasão de estudantes e propor ações com vistas à permanência e êxito;

VIII - acompanhar, junto à Coordenação do Curso e CPA/CLA, os processos de avaliação externa e interna e propor ações que garantam um nível de avaliação adequado ao Ministério da Educação (MEC) e IFC.

IX - preparar e executar ações de autoavaliação do curso aplicando os resultados na melhoria do curso.

X - incentivar e acompanhar a produção de material científico ou didático para publicação;

XI - Analisar e emitir parecer dos requerimentos recebidos dos estudantes e da RACI, quando demandado pela Coordenação de Curso.

Art. 87 Compete ao Presidente do NDE e NDB:

I - convocar os membros;

II - presidir e garantir o registro das reuniões;

III - representar ou indicar representante, junto ao Colegiado de Curso;

IV - encaminhar as matérias apreciadas às instâncias de competência do curso;

V - coordenar a integração do NDE ou NDB aos demais órgãos da instituição.